

Carlos Antonio de Oliveira

As ideologias políticas no Brasil e suas implicações no cotidiano político
do eleitorado: uma análise empírico/teórica

Brasília - DF
2013

Carlos Antonio de Oliveira

As ideologias políticas no Brasil e suas implicações no cotidiano político
do eleitorado: uma análise empírico/teórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Mathieu Turgeon.

Brasília - DF
2013

Autor: Carlos Antonio de Oliveira

Título: As ideologias políticas no Brasil e suas implicações no cotidiano político do eleitorado: uma análise empírico/teórica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, na área de concentração “Políticas e Instituições”, sob orientação do Prof. Dr. Mathieu Turgeon

Aprovado pela Banca Examinadora em ____/____/____

Prof. Dr. Mathieu Turgeon Orientador

Prof. Dr. Lúcio Rennó

Prof. Dr. Mário Fuks

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por todas as coisas.

Quero externar também toda gratidão à minha esposa Alessandra e à minha filha Maitê, por terem sido suporte ao longo dos anos de luta. Sem elas, não haveria um trabalho como este.

Obrigado à minha mãe Terezinha, meus irmãos Claudio e Edna, sobrinhos Isabela e Samuel, à minha avó Maria, ao meu padrasto Elias, cunhados Genilson, Maicon, Daniela, Andréia, Amanda, ao meu sogro José Broisler e à minha sogra Maria Broisler, enfim, a todos os meus familiares.

E quero dizer muito obrigado ao meu orientador, Professor Mathieu Turgeon, por todos os ensinamentos, paciência e didática durante a construção desta pesquisa. O Professor Mathieu, com certeza, deixa-me um legado de ética, comprometimento, precisão e amizade. Sorte do aluno que pode ser orientado por alguém com um perfil tão empenhado pela qualidade.

Agradeço aos Professores Lúcio Rennó e Mário Fuks pela gentileza de participarem da banca, lerem e criticar o meu trabalho, ampliando os meus horizontes de análise.

Por fim, listo os nomes de pessoas muito importantes ao longo desta conquista, antes ainda do processo de seleção do mestrado: Professor Leonardo Barreto, Professor Lúcio Rennó e Professor Scott Desposato. São pesquisadores dignos de ser imitados, pois sempre respondiam aos meus e-mails, com indicações dos melhores caminhos a se seguirem.

Sou grato a cada um de vocês para sempre.

Carlos Oliveira

RESUMO

Esta pesquisa trata do papel da ideologia no eleitorado brasileiro, com foco na capacidade de o eleitor se posicionar ideologicamente e na constrição que a ideologia gera sobre suas preferências políticas. Sob uma base analítica empírico/teórica, os achados deste estudo detectam que o eleitor brasileiro não sabe se posicionar ideologicamente, apesar de se dizer de esquerda ou direita nas respostas aos questionários. O eleitorado tende a utilizar as palavras esquerda e direita como se fossem adjetivos de qualidade ou defeito de políticos. Se é a favor do governo, é de direita. Se é da oposição, é de esquerda. Os achados desta pesquisa também indicam que ideologia declarada pelo eleitor não o constriem em suas preferências políticas, ou seja, ele não pauta suas atitudes políticas a partir da ideologia que diz ter. Não parece conhecer a complexidade envolta no antagonismo programático de cada lado do espectro.

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Congruências e Controvérsias da Ideologia	11
1.1 Ideologia e suas numerosas percepções teóricas	11
1.2 Crenças, atitudes e valores em acepções independentes	14
1.3 Ideologia como sistemas de crenças e suas implicações no comportamento político	16
1.4 Informação, opinião e tomada de decisões políticas	19
1.5 Elementos estruturais da formação da opinião pública em assuntos políticos	24
1.6 As capacidades individuais como condicionantes da sofisticação política	27
1.7 As idas e vindas no antagonismo Esquerda/Direita	30
1.8 Esquerda e Direita na política brasileira	31
1.9 Esquerda e Direita entre os eleitores brasileiros	36
1.10 Esquerda e Direita no pós-Lula	39
2 - Metodologia aplicada a esta pesquisa	46
2.1 Os bancos de dados utilizados	46
2.2 O eleitor brasileiro e sua capacidade de se posicionar ideologicamente	47
2.3 As condições determinantes do posicionamento ideológico	49
2.4 A constrição ideológica sobre as preferências políticas	50
2.5 A sofisticação política como condicionante da constrição ideológica sobre preferências políticas	51
3 - Avaliações empíricas do papel da ideologia no eleitorado brasileiro	52
3.1 A capacidade de o eleitor brasileiro declarar sua ideologia	52
3.2 A sofisticação política e suas influências sobre a capacidade de se posicionar ideologicamente	58
3.3 O nível de constrição gerado pela ideologia sobre as preferências políticas	63
3.4 A sofisticação política na interação com a ideologia e seus efeitos sobre preferências políticas	67
4- Conclusões	74
Referências	78
Apêndice	83

Introdução

Ter-se compreensão clara dos significados das *ideologias políticas*, para que servem, como são aplicadas no cotidiano, parece ser extraordinário desafio, principalmente para as pessoas comuns. Quanto às elites políticas, ideologias tendem a ser ferramentas basilares na demarcação de posições, desenvolvimento de estratégias de poder. É um dos temas mais densos e complexos dos fenômenos políticos.

Vale ressaltar, por isso mesmo, nas palavras de Crespigny e Cronin (1999), que o próprio vocábulo “ideologia” carrega certa carga de “ideologização”. Por ser considerado algo tão abstruso, de muitas faces, os estudos sobre ideologia originam-se numa - e abrangem - ampla gama de disciplinas, com os mais variados objetivos e interpretações.

Nesta pesquisa, desenvolvem-se dois focos: por um lado, avalia-se a capacidade de o eleitorado brasileiro expressar a sua ideologia. Por outro, a meta é detectar se tal posicionamento é coerente, é capaz de condicionar as preferências políticas do eleitor. Se ele realmente *sabe* o que faz quando opta pela esquerda ou direita. Quer dizer, a *ideologia* o *constringe*, por exemplo, no apoio ou não à intervenção do Estado na economia, à desapropriação de terras?

Há trabalhos importantes na ciência política brasileira com olhares na ideologia política, porém a maioria com estratégia diferente da aplicada aqui: veem, principalmente, a escolha do voto e a preferência partidária como sinal de consistência ideológica (Singer, 2002; Carreirão, 2007). Se o eleitor se coloca à esquerda e vota no candidato tido esquerdista, logo é coerente ideologicamente. Se for à direita e gostar de um partido classificado direitista, da mesma forma. Por tais constatações, concluem ser sim as ideologias geradoras de atitudes políticas entre os eleitores brasileiros.

Não se pode negar a importância desse resultado, mas não demonstra ser exclusivamente capaz de fornecer explicações mais acuradas. Aliás, como é o caso em praticamente todas as ocorrências sociais, nunca é possível esgotar todas as possibilidades explicativas de um determinado evento. Cada passo é contribuição para entender melhor certa fenomenalidade. Aqui, pretende-se dar mais um passo na compreensão das ideologias e suas consequências na vida política das pessoas.

Converse (1964) e seus colegas da Escola de Michigan inauguram esse tipo de debate. Eles avaliaram as implicações das ideologias sobre as elites e sobre os cidadãos dos Estados Unidos, o amplo eleitorado. Queriam saber se o posicionamento ideológico era capaz de nortear as decisões políticas de ambos segmentos. Philip Converse percebe os dois grupos em acepções diferentes: a numerosa camada popular se mostra desestruturada ideologicamente, ao passo que a elite, por sua vez, demonstra-se ser estruturada.

A *ideologia*, diz Converse (*idem*), deve ser capaz de *constringir* (*constraint*) o comportamento político do eleitorado, mover as ações políticas dele. Se uma pessoa se diz de esquerda ou de direita, suas atitudes, preferências políticas, devem surgir em função da sua ideologia. Os achados de Converse, no entanto, revelam que não há constrição ideológica entre os menos sofisticados. O nexos entre predileções políticas e o posicionamento ideológico, na visão dele, está mesmo restrito ao dia a dia das elites políticas. Consequentemente, ideologia requer do indivíduo um nível elevado de sofisticação política. A questão, então, é saber quais fatores tornam uns mais sofisticados que outros.

Luskin (1990) argumenta que as condições capazes de promover qualquer tipo de comportamento estão baseadas em três colunas: *oportunidade*, *capacidade* e *motivação/interesse*. Portanto, interpretando *ideologia* como um dos indicativos de sofisticação política, este trabalho busca, também, investigar a relação entre a sofisticação política e o posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro.

Espera-se, assim, que *as características da sofisticação política* gerem efeito positivo sobre a capacidade de o eleitor externar um posicionamento ideológico. Melhor dizendo, que elas sejam capazes de aumentar a expectativa de o eleitor declarar possuir uma *ideologia*. Da mesma forma, espera-se que a sofisticação aumente a probabilidade de esta ideologia condicionar o seu apoio ou não a determinada política pública. É neste ponto que surge a pergunta principal desta pesquisa: *As ideologias políticas Esquerda e Direita importam para o eleitorado brasileiro?*

A primeira hipótese a ser testada é a de que o eleitor brasileiro *não sabe se posicionar ideologicamente*. Dizer-se de esquerda ou de direita representa o real entendimento do eleitor sobre as ideologias ou tende a ser uma atitude desconectada dos propósitos políticos tradicionalmente atribuídos aos cânones esquerdistas ou direitistas? Declarar-se adepto a uma ideologia pode não ser um sinal de que o eleitor sabe se posicionar ideologicamente. Tal atitude propende a não prescindir de uma maior

sofisticação política.

Em consequência, como segunda hipótese, pensando-se em algumas características da sofisticação política, prevê-se que *quanto mais oportunidade de se informar sobre política, maior capacidade cognitiva e interesse por política o eleitor tiver, maior será a probabilidade de se posicionar ideologicamente*. Ressalte-se que aumentar a probabilidade de se posicionar não implica em saber o que representa politicamente ser de esquerda ou de direita. Esta é mais uma tarefa desta pesquisa, isto é, observar a coerência ideológica do eleitor a partir da constrição gerada pela ideologia nas suas preferências políticas.

De acordo com as elaborações teóricas nesse campo (Converse, *idem*; Luskin, *idem*), espera-se haver relação positiva entre ideologia e atitudes políticas. No caso brasileiro, a hipótese a ser testada é a de que *a relação entre preferências políticas e ideologia é baixa*.

Em seguida, num caminho similar e como meta final deste estudo, avaliam-se as chances de a ideologia do eleitor mais sofisticado condicionar sua predileção por uma ou outra política pública. Para isso, testa-se a hipótese de que *quanto mais interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais oportunidade de se informar sobre política o eleitor tiver, maior será a probabilidade de constrição entre ideologia e preferências por políticas públicas*.

Com essas estratégias, esta pesquisa busca contribuir para a melhor compreensão da própria democracia brasileira. É imprescindível ressaltar que as ideologias políticas de *esquerda e direita*, depois da Revolução Russa de 1917, tomaram proporção global e central nas disputas de poder (Hobsbawn, 1995). Elas movem propostas de governos, estruturam embates eleitorais, planos econômicos e de desenvolvimento social mundo afora, inclusive no Brasil. Mas é possível, assim como Converse (1964) detectou para o caso norte-americano, que a rivalidade ideológica entre elites não alcancem o amplo eleitorado.

Por supostamente ser assim, a insciência das ideologias políticas pode amplificar o distanciamento entre representantes e representados. Sem conhecer o conteúdo ideológico de cada movimento político, a massa pode tornar-se manipulada por forças políticas em evidência. Ou seja, apesar de ser numerosa, na visão conversiana, não há interseção entre tal magnitude e poder. As duas coisas só se encontram na ocasião em que as elites políticas entendem como necessário aos seus objetivos (p. 207). Desse modo, não seria exagerado prever que quanto mais

conhecimento dos postulados ideológicos o eleitorado tiver, melhor será a democracia.

Os resultados puramente descritivos mostram que a maior parte dos eleitores do Brasil declara um posicionamento ideológico. Entretanto, a avaliação das condições esperadas para sofisticação política e de influência das ideologias sobre preferências políticas permitem inferir que o eleitorado brasileiro, na sua maioria, *Não* sabe se posicionar ideologicamente. Por esta razão, **não** se pode afirmar que as ideologias políticas importam para os brasileiros.

Porém, deve-se ressaltar que os achados apontam que as características da sofisticação política (*interesse por política, capacidade cognitiva e oportunidade de se informar sobre política*), **augmentam** a probabilidade de que o eleitor se posicione ideologicamente. Por outro lado, demonstram que, mesmo entre os mais interessados, de maior capacidade cognitiva e mais bem informados, **não** há *constricção* entre ideologias e políticas públicas.

Isto posto, é importante mencionar a maneira pela qual esta pesquisa está organizada.

No Capítulo I, são apresentados algumas conjecturas teórico/semânticas sobre a palavra *Ideologia* e os contextos históricos e políticos nos quais ela foi aplicada. São, da mesma forma, expostas discussões sobre implicações da ideologia no comportamento político das pessoas, com destaque para a ideia de *constraint* elaborada por Philip Converse. Ainda são destacadas elaborações sobre sofisticação política, informação e opinião pública e como as pessoas tomam decisões políticas diante de situações complexas, temas que não dominam. Por fim, faz-se breve histórico geral dos conceitos *Esquerda e Direita* na política e, mais especificamente, no Brasil.

O Capítulo 2 trata dos procedimentos metodológicos adotados, detalha cada variável, suas operacionalizações, mais os modelos empíricos propostos. São utilizados dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), edições de 2002 e 2010, e, para fins de comparação, os da pesquisa Cultura Política de 1989 e 1993. As análises multivariadas se baseiam em modelos *probit* e *ordered probit*. Quando as variáveis independentes são dicotômicas, usa-se o primeiro modelo, e quando possuem mais de duas categorias, opta-se pelo segundo.

Por fim, no Capítulo 3 são exibidos os resultados e as discussões deles, enquanto no Capítulo 4 são dadas as conclusões da pesquisa.

1 – Convergências e controvérsias da *Ideologia*

1.1 - Ideologia e suas numerosas percepções teóricas

Originalmente, a unidade lexical *IDEOLOGIA* esteve vinculada à *ciência das ideias*, depois abarcada como parte da disciplina *sociologia do conhecimento*. Seu primeiro uso remete ao filósofo francês iluminista Antoine Destutt de Tracy (Jost et al., 2008; Sartori, 1994; Stoppino, 2004). Recentemente na história, num período mais efervescente das disputas políticas, a palavra foi absorvida por Marx e Engels com duas acepções diferentes. Numa, referia-se a um senso de valor neutro, o qual alude a qualquer sistema de crenças abstrato, internamente coerente e com algum significado. Na outra, possuía conotação mais crítica, entendendo ideologias propagandísticas como enganosas e sistematicamente distorcidas.

Incontáveis interpretações e aplicações epistemológicas para ideologia reforçam a extrema dificuldade de se estabelecer um significado específico para o termo. A depender do foco investigativo, pode-se assumir um ou outro entendimento, dizem Crespigny e Cronin (1999). Eles apontam dois caminhos tidos por usuais. No primeiro, veem como um “sistema geral de crenças ou de atitudes de um grupo social”. No outro, parte-se da necessidade de se avaliar tais crenças e atitudes, “não tanto em termos de si mesmas, mas pelos efeitos práticos e interesses sociais que procuram promover” (p. 5).

Como substantivo da prática política, segundo Sartori (1994), ideologia é mesmo o vocábulo-chave da atmosfera marxista na “guerra das palavras”. Para ele, a utilização é “consequente” quando feita pelos seguidores de Marx. Por esse motivo, o emprego deveria ser feito com “razão e cuidado”. Quanto mais a expressão toma lugar de conceitos antes chamados filosofia, teoria, doutrina, ideias, crenças, mitos, utopias e outros similares, “tanto mais criamos uma palavra-leviatã, um monstro que devora tudo – um nó terrível, que acredito firmemente, deve ser desfeito” (p. 310).

Tendo o “nó” desatado, argumenta Giovanni Sartori, é possível entabular o que não é ideologia. Com isso, o conceito torna-se suscetível de avaliação empírica. Por exemplo, em vez de ideologia como ideia, o vocábulo poderia ser empregado para a “conversão de ideias em alavancas sociais”. No lugar de filosofia, seria a sentença para

a “disseminação em massa das concepções filosóficas”. Por crenças e sistemas de crenças, “fica mais preciso quando se distingue entre 'crenças ideológicas'¹ e crenças de outros tipos, isto é, religiosas e tradicionais”. Sartori ainda mostra a necessidade de distinção entre ideologia na política e no conhecimento. “No primeiro caso, nosso foco situa-se nas ações e a questão de eficácia; no segundo, localiza-se no pensamento e na questão da validade” (*idem*).

Bobbio, segundo menção de Stoppino (2004), diante do multuso da expressão, propôs duas definições: *significado fraco* e *significado forte*. Na primeira, ideologia designa o “genus [...] dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. O sentido da segunda definição tem origem no conceito marxista, especialmente quando entendido “como falsa consciência das relações de domínio entre as classes” (p. 585).

Mario Stoppino enxerga a predominância do *significado fraco* de ideologia na ciência e na sociologia política atuais, tanto numa compreensão generalizante quanto particular. Nessa face mais geral, teria maior utilidade nas teorias gerais, além de na interpretação dos vários sistemas políticos, na análise comparada deles e na investigação empírica dos sistemas de crenças políticas elitistas e populares. No aspecto particularizado, as atitudes ideológicas seriam contrapostas, “de modo explícito ou implícito ao que é pragmático”; haveria vínculo entre ideologia e algo característico de certos elementos, como “doutrinarismo”, “dogmatismo” e “um forte componente passional” (*idem*).

Nessa miríade de definições e usos, nas ciências social e comportamental, duas concepções têm prevalecido desde a década de 1960, conforme John Jost, Brian Nosek e Samuel Gosling (2008). Uma delimitada num sistema de crenças ideológicas marcado pela estabilidade, consistência, lógica e sofisticação política (Converse, 1964). Na outra, mais marxista, ideologia não precisa desdobrar-se em nenhuma dessas características; ao contrário, “possui um sabor motivacional que reflete uma orientação básica a favor ou contra o sistema social existente” (Jost et al., p. 127).

Nosek, Graham e Hawkins (2010), psicólogos sociais, veem ideologia como “um sistema interpretativo composto de pressuposições sociais, heurísticas, regras, crenças e estratégias de organização da informação que proporcionam ordem e compreensibilidade da vida social” (p. 550). Eles atribuem à ideologia a capacidade de

¹ Aspas do autor

simplificar a complexidade, dificuldades e ambiguidades da vida. “A ideologia provê um quadro interpretativo no qual experiências sociais são entendidas” (*idem*).

Inclusive, devido a esse discernimento, pesquisadores do campo da psicologia social criticam a maneira de se mensurar a presença de ideologias a partir do autoposicionamento numa escala. O problema estaria no “foco desordenado na pessoa em vez de nas situações” (*ibidem*).

Isto, ou seja, o uso da escala, favoreceu uma teorização em torno da sofisticação política, pois as pessoas mais refinadas politicamente teriam melhores condições de se posicionar ideologicamente. Kinder (1998) reforça a desaprovação ao modelo da escala e pondera ser o cidadão comum verdadeiramente menos sofisticado, mas o público geral não flutua racionalmente e sensivelmente entre os extremos esquerda e direita². Por essa razão, não há, diz ele, condições de capturar facilmente o pensamento ideológico com a autorresposta³.

Deixando para mais adiante o debate metodológico e destacando a proposta da psicologia social sobre ideologia, voltemos a Nosek, Graham e Hawkins (*idem*). De acordo com eles, a abordagem alternativa baseada numa amplitude maior da ideologia passou a complementar o trabalho executado pela ciência política sobre sistemas de crenças. Em parte porque pode incorporar vieses inconscientes e heurísticas que os sistemas de crenças não podem (p. 551).

Em resumo, a noção de ideologia para os psicólogos sociais baseia-se na identificação de fatores que diferenciam julgamentos sociais e tendências comportamentais, sem os pressupostos de que tais fatores são reconhecidos e relatados pelos indivíduos ou que sua aplicação ao julgamento social é deliberada ou intencional. A meta é não ter as pessoas como um tipo de “máquina racional” (*idem*).

No mais, por abranger uma vastidão inalcançável de entendimentos, a expressão ideologia parece etérea. Entretanto, as discussões mencionadas aqui são norteadoras. Porém, é importante ainda considerar alguns pontos separadamente. É a tarefa do próximo tópico.

² Ressalte-se que esta dicotomia nos Estados Unidos é feita sob os termos Liberal/Conservador.

³ Este assunto será mais bem discutido no capítulo metodológico.

1.2 - Crenças, atitudes e valores em acepções independentes

Nos incontáveis juízos sobre a expressão ideologia, alguns termos parecem comuns à maioria das tentativas de elucidá-la. Entre vários, ganham destaque *VALOR*, *ATITUDE* e *CRENÇA*, os quais do mesmo modo são empregados para inúmeros fins. Esses verbetes recebem tratamento especial de cientistas dos mais variados campos, mas, em primeiro plano, dos psicólogos sociais e políticos. Compreendê-los como especificidades da ideologia, *a priori*, para muitos é inconcebível, quer dizer, em vez disso defendem a existência independente de cada termo.

Meg Rohan (2000), por exemplo, considera o uso da palavra *valor* tão abusivo quanto o de ideologia. As pessoas, no entendimento dela, incluindo psicólogos, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos usam o termo a seu bel prazer, denotando a utilidade preferida para cada ocasião. E o problema não é recente. Rohan relata debates sobre o assunto desde o final da década de 1950 (pp. 255-256).

Alguns pesquisadores classificaram *valor* como “um núcleo de atitudes ou sentimentos, preferências e catexes⁴” (Smith, 1969). Campbell (1963) chegou a listar 76 significados envolvendo a expressão *valor*, para ilustrar dessemelhantes terminologias para descrever essencialmente os mesmos fatos e processos. O elo unificador de tantos sentidos estava na condição de cada um ser visto como sintoma de algum comportamento (Rohan, 2010, p. 256).

Depois de fazer ampla revisão das aplicações feitas à palavra, Rohan organiza concepção própria de *valor* para diferenciar os fenômenos explicados pela expressão e os explanados por termos similares. Ela recomenda a distinção em *sistema de valores pessoais e sociais*. “Os dois são estruturas intrapsíquicas, mas os sistemas de valores sociais seriam a organização dos valores individuais. Ambos podem influenciar decisões comportamentais e atitudinais das pessoas” (pp. 272-273).

Agora, pensando um pouco em situações atitudinais, comumente, a literatura utiliza o vocábulo *atitude* para expressar alguma iniciativa, ação, tomada de decisão, surgidas em função de determinantes específicos, os quais poderiam ser crenças, valores, ideologia, etc. (Ansolabehere et al, 2008; Hatemi et al, 2011; Hill e Kriesi, 2001; Miller e Peterson, 2004; Zaller e Feldman, 1992). E as atitudes podem ser tidas como estáveis, resistentes a mudanças, ou nem tanto.

4 Concentração da energia mental ou emocional num pensamento ou numa representação mental (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

O aprofundamento do estudo das *atitudes* não é o foco deste trabalho, mas convém ressaltar que as pesquisas nesse campo não chegam a um consenso sobre a capacidade de as atitudes preverem comportamentos políticos. No geral, as conclusões são as de que atitudes não determinam esse tipo de comportamento.

Conforme Miller e Peterson (*idem*), tradicionalmente é, de fato, comum aos pesquisadores dessa área centrar esforços em saber se atitudes podem prever comportamentos. Eles, por sua vez, entendem que devem-se acrescentar outras duas perguntas: quando atitudes preveem comportamentos e que tipo de atitudes preveem comportamentos.

Segundo Joanne Miller e David Peterson, parte da literatura entende que atitudes fortes são preditivos comportamentais, enquanto as fracas não. Atitudes fortes podem ser entendidas como estáveis, resistentes a mudanças, aos impactos do processamento de informações e são guias comportamentais. As fracas seriam o inverso disso (p. 847).

Nessa mesma linha, a semântica tradicional em torno da palavra *crença*, entendida como um sistema, tende intrinsecamente a estar ligada à manifestação de comportamentos. Philip Converse (1964) estabelece o sistema de crenças como uma configuração de ideias e atitudes nas quais os elementos são ligados por alguma forma de constrição⁵ (*constraint*) ou interdependência funcional (p. 207). Ou seja, é esperável que as crenças políticas, também entendidas por Converse como *ideologias*⁶, resultem em comportamentos vinculados a elas.

Por isso mesmo, Converse presume ter os sistemas de crença alguma relevância no comportamento político das pessoas. Daí, o objetivo dele é entender exatamente as consequências políticas surgidas em função dos – ou nos – sistemas de crenças, examinando-se o papel das elites e o da massa. Na visão conversiana, os dois grupos estão em ambientes diferentes. A numerosa camada popular não teria um sistema de crenças bem estruturado, diferentemente da elite (*idem*).

Sem maior aprofundamento, afigura-se clarividente a tenuidade das diferenças entre um termo e outro. As abordagens sugerem interdependência ou influências de valores sobre crença, crença sobre valores, atitudes em função de crenças; e, ideologia como consequência de crença, valores e atitudes, enfim. As peculiaridades

5 Na língua portuguesa, as traduções mais apropriadas para “*constraint*”, conforme Converse discute, talvez sejam “constrição”, “pressão”. No sentido da teoria conversiana, em termos estatísticos, observa-se *constraint* quando duas variáveis que deveriam estar correlacionadas, na verdade, estão mesmo (p. 207).

6 Converse vê sobreposição entre os termos ideologia e sistemas de crenças (p. 207).

compartilhadas entre essas expressões estão no universo do comportamento das pessoas.

Pelo observado na literatura, cada tipo de iniciativa humana propende a estar vinculado a alguma ação descrita como ideologia, crença, valor, atitude ou inúmeros outros substantivos, cujo propósito deste trabalho não lhes pode alcançar. Muito do dissenso, e imensuráveis demarcações de sentido semântico para cada fenômeno resumido nessas palavras, tende a ser resultado de idiosincrasias e metas de compreensão específica de determinado processo. Melhor dizendo, depende do objeto do pesquisador. A escolha de sentido *ad hoc* parece ser a tendência e pode facilitar, ou não, as conclusões.

1.3 - Ideologia como sistemas de crenças e suas implicações no comportamento político

Pesquisadores da tradição da *Escola de Michigan*, com destaque para Philip Converse, se ocuparam da análise da medida de influência dos sistemas de crenças (*ideologies*) na vida política das pessoas. Converse (1964), como já mencionado, centrou esforços nas diferenças entre elite política e a massa, tendo cada uma, concluiu ele, seu próprio sistema. Contudo, o grande público estaria mais vulnerável ao arbítrio, ou à tutela, daqueles mais sofisticados politicamente; a massa não dispõe de crenças políticas bem estruturadas, coerentes.

As relações surgidas dessa linha interpretativa apontam para um domínio sobre os indivíduos comuns (da massa) exercido por poucos atores. Por conseguinte, apesar de existir em maior quantidade, a magnitude do povo não redundava em poder, em pensamentos ou gostos políticos coesos. A massa e o poder só se intersectam num ponto, isto é, no fato de a massa ser apenas um expediente de poder. A elite pode se valer da massa de maneira variada, conforme o contexto político (*idem*, p. 207). A extensa população por sua vez, pode-se dizer, não busca poder ou coerência política entre si, mas sobrevivência.

Consequentemente, não há, para Philip Converse, um “espelhamento” dos pontos de vista políticos das elites nas massas populares. As disputas eleitorais são exemplos claros dessa situação. O eleitorado pode escolher um candidato ou partido do qual pode divergir fortemente na maioria dos temas cotidianos (p. 210). A decisão do

voto talvez seja pautada numa necessidade imediata e não em afinidades de pensamentos e inclinações consonantes entre povo e eleito. Porém, *se o eleitor tiver posicionamentos ideológicos bem estruturados, claros, é de se esperar maior probabilidade de ele escolher seu voto em função de seu sistema de crenças (ideologias).*

Algo fulcral na tradição conversiana é a *associação de elite política a pessoas mais sofisticadas*⁷. Esta nata está mais frequentemente envolta, de maneira estável, num sistema de crenças políticas (*ideologias*), tendo clareza das convicções que lhes movem. De maneira diversa está o público amplo, cujas inconsistências prevalecem (Converse, 1964, p. 210). Por essa razão, podemos imaginar que a massa se move de um lado a outro na política, acompanhando os benefícios esperados. *Não haveria a preocupação de vincular decisões políticas a esta ou àquela doutrina ideológica.* Tanto faz ser o político preferido, ou partido, esquerdista ou de direita (liberal ou conservador).

Então, os critérios levados em conta pelo povo na hora de consolidar preferências nas mais diversas perspectivas políticas parecem ser a grande questão nessa temática. Segundo Converse, quanto mais bem estruturado for o sistema de crenças políticas, melhor será a capacidade de o analista entender e prever as decisões do “mundo” político dos cidadãos. *Alguém fortemente favorável a um tipo de política terá inclinação por certo partido (ou candidato) convergente com aquele tema, sendo, dessa maneira, coerente com suas próprias convicções* (*idem*, p. 207). Isto se daria apenas no âmbito dos mais bem estruturados politicamente. O mesmo não se pode afirmar dos pouco estruturados.

Por oportuno, a dedução conversiana compreende como estruturado o sistema de crenças políticas capaz de “pressionar, constringir” os indivíduos a tomar decisões a partir dele. Suas escolhas e predileções seriam, exatamente, resultados dos aspectos internos desse sistema (pp. 210-211). Portanto, para ser coerente, *deveria haver uma relação positiva entre a atitude de um indivíduo que se diz liberal ou conservador (esquerdista ou direitista) e suas preferências políticas.* Entretanto, Philip Converse, depois de analisar dados do eleitorado norte-americano, colhidos na década de 1950, encontrou evidências de que, no geral, o público amplo estadunidense não possuía ideologias políticas bem compostas, conexas.

⁷ Apesar da dificuldade de se estabelecerem critérios mais aprofundados de sofisticação individual, convencionou-se na ciência política a associá-la ao nível educacional do entrevistado.

Em um dos *surveys* trabalhados por ele, buscou-se, entre outras coisas, detectar o nível de limpidez de compreensão dos respondentes sobre temas políticos conectados aos preceitos conservador e liberal. No questionário havia perguntas vinculadas à uma e à outra corrente. Os resultados mostraram inconsistências na extensa maioria das respostas.

A maior parte dos entrevistados não conseguiu relacionar acertadamente pontualidades gerais do cotidiano político a propriedades específicas desta ou daquela ideologia. Poucos participantes mais sofisticados apresentaram respostas harmoniosas (pp. 219-227). *Nesse caso, a correlação ideologia e predileções políticas não ocorreu positivamente, como espera a visão conversiana de constraint.* Os achados de Philip Converse põem em xeque a democracia representativa à medida que a baixa sofisticação política da massa, segundo ele, poderia deixá-la vulnerável à manipulação constante.

Não obstante, outros modelos teóricos surgidos a partir da – ou em resposta à – Escola de Michigan não veem o cidadão comum norte-americano tão incompetente politicamente como lhe perfilaram os adeptos dessa tradição. Robert Lane (1962), nesse mesmo contexto histórico, chega a um desfecho bem mais favorável ao eleitorado.

Lane opta por outro método de pesquisa: em vez dos *surveys*, utiliza conversas, entrevistas aprofundadas com trabalhadores simples da classe média baixa. A estratégia, segundo ele, forneceu subsídios para descobrir conceitos próprios às ideologias políticas latentes no comportamento do estadunidense comum. Isto lhe permitiu uma avaliação mais condescendente do eleitorado, a saber, “a massa verdadeiramente possuiria conhecimento salutar de política” (p. 3).

Assim como Converse, Robert Lane acredita que *as ideologias geram consequências políticas na sociedade, ou seja, ideologias implicam em escolhas políticas diferentes, de acordo com cada posicionamento.* Lane, no entanto, não enxerga o cidadão comum como um desqualificado, desprovido de crenças políticas estruturadas. A massa possui sim noções ideológicas e pode se mover na política a partir delas. Porém, pode acontecer de o indivíduo tomar atitudes sem considerar suas crenças. Nessas condições, de fato, ele seria facilmente “coagido”, “confundido” (p. 439).

É interessante pontuar o entendimento de Lane sobre “política”, para deixar mais claras as bases sobre as quais ele constrói suas conclusões. Política, nas palavras dele, refere-se à seleção de governantes e à alocação de recompensas e punições a esses governantes (*idem*). E há algumas características da política que despertam maior interesse no eleitorado.

Na visão de Robert Lane, essas especificidades são formadas e modificadas pela ideologia (p. 440). A dúvida é se a pessoa comum é capaz de influir na formação dessa cultura política. Lane argumenta que sim: o cidadão exerce “influência independente” no sistema político (pp. 440-447). Entre outras atitudes, ele vota segundo suas preferências ideológicas, o que implica em modelos diferentes de gestão governamental.

Especificamente por causa desse debate a respeito dos sistemas de crença da elite (estruturada) e da massa (não estruturada), é imprescindível saber como as preferências ideológicas são construídas. Vários pesquisadores têm buscado entender o comportamento das pessoas nesse quesito.

Ao que parece, há uma quantidade importante de pré-requisitos e condições para manifestações políticas coerentes. Pode-se ressaltar aqui, de forma resumida, estudos sobre o acesso e uso de informações, a construção de opiniões e as decisões surgidas em função delas, com efeito direto sobre o universo político de cada um (Luskin, 1990; Bartels, 1996; Althaus; 1998; Turgeon, 2008; Matsubayashi e Turgeon, 2012, etc.). É o assunto dos tópicos seguintes.

1.4 - Informação, opinião e tomada de decisões políticas

É relevante para a meta deste trabalho falar um pouco sobre os motivadores das escolhas políticas das pessoas. Torna-se necessário considerar quais fatores subsidiam as tomadas de decisões no campo político. Haveria relação direta entre esse processo e o nível de sofisticação de cada um? Como se espera, as ideologias políticas seriam preditoras das condutas particulares, por exemplo, apoio a uma ou outra política pública, preferência partidária, voto? De que maneira são adquiridas, analisadas e utilizadas as informações?

Para Aristóteles, “todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem”⁸. Sob esse princípio, parece promissora a lógica da busca por benefícios para si mesmo como fim de toda iniciativa pessoal. E num universo infundo de interesses, sugere-se haver algum tipo de habilidade especial de certas lideranças para interpretar os cenários de momento e conquistar o apoio, mesmo daqueles cujas visões de mundo são completamente díspares das suas.

⁸ “A Política” (p. 8).

À primeira vista, como diz Schumpeter (1961), essa capacidade de as elites políticas agregarem conveniências poderia ser o “centro de gravidade utilitarista das vontades individuais transformadas em vontade do povo” (p.303). Ou seja, a avaliação de perdas e ganhos, tanto pelos políticos quanto pela massa, acaba direcionando tomadas de decisão em ambos espectros.

O êxito político depende da competência analítica de todos os envolvidos. Se o governante traduzir e atender aos anseios do eleitorado, ele deve se manter legitimado, reeleger-se. Caso não, abre-se espaço para as oposições. Da mesma forma, se o votante não fizer boa análise, as perdas para ele serão maiores (Downs, 1957).

Nesse sentido, de acordo com Anthony Downs (*idem*), nos sistemas democráticos, os governos agem na intenção de maximizar o número de votos para si nas eleições (p. 137). As opções políticas de ambos (dirigentes e povo) dependem muito, em primeiro lugar, da perspicácia dos governantes em assimilar as demandas do votante.

Os eleitores se moverão fortemente em função dos benefícios recebidos, sobretudo durante o próprio período eleitoral. Nesse caso, a tática dos oposicionistas também deve considerar a atividade governista e a percepção popular das ações do governo. Tendo isso claro, a oposição apresenta suas propostas. O eleitor avalia as possibilidades de perdas e ganhos ao reeleger ou trocar os governantes (*idem*, pp. 137-138).

A crítica a essa abordagem está no excessivo foco utilitarista e desprezo a características individuais e sociais (Lau, 2003). É importante observar o nível de informações das pessoas e se elas têm interesse pela busca detalhada de conhecimentos sobre um ou outro assunto político. Também é central verificar se as fontes de informação são confiáveis para subsidiar decisões diante de temas complexos. Outra coisa é a eventualidade de a vontade popular ser “gerenciada” (Kinder, 1998, p. 784) por forças da elite política.

Os comportamentalistas se ocupam dessas outras situações que podem ser determinantes na formação da opinião e nas escolhas políticas das pessoas. Conforme essa concepção teórica, as tomadas de decisão se dão a partir de alternativas consideradas “boas o bastante” em vez de uma busca profundamente ponderada pela maximização de valores, benefícios (Lau, 2003; Simon, 1947; 1985). O ser humano é “limitado” como processador de informações, portanto não possuiria vontade nem habilidade para fazer cálculos precisos como descreve a teoria da escolha racional.

As limitações estão ligadas tanto à aquisição quanto à recuperação mental de conteúdo apreendido, armazenado (Simon, 1985, pp. 295-296). Segundo Herbert Simon, as pessoas são muito seletivas em meio a ampla gama de possibilidades e, além do mais, não conseguem pensar nas consequências inerentes a cada uma dessas possibilidades.

Na opinião de Simon (*idem*), a iniciativa dos indivíduos de buscar por alternativas numa determinada decisão ou solução de problema é incompleta, frequentemente inadequada e baseada em informações incertas. Por isso mesmo, diz ele, classificar uma ação como meticulosamente calculada não seria suficiente para prever comportamento.

Portanto, para Simon, a “racionalidade limitada” não significa irracionalidade. Há uma vastidão de evidências de que a maioria das decisões das pessoas são bem racionais, quer dizer, elas usualmente têm motivos para agir de determinada maneira. Nas palavras dele, quase todo comportamento humano consiste em ações orientadas em função de alvos estabelecidos. Conquanto, é preciso considerar que quando toma decisão o indivíduo não tem condição de avaliar todas as alternativas. Por essa razão, para entender e prever o comportamento humano, é preciso lidar com a racionalidade limitada e compreender que não há nada óbvio nessa fronteira (p. 297).

Lupia e McCubbins (1998) argumentam que a limitação e a falta de informação detalhada sobre assuntos políticos não impedem os eleitores de fazerem “escolhas fundamentadas (ou racionalizadas)”⁹. Fazer escolhas fundamentadas não prescinde de informações completas, mas requer a habilidade de prever consequências para determinada ação. Os pesquisadores classificam essa habilidade como *conhecimento* (pp. 2 e 6).

Na política, de acordo com a teoria destacada por Arthur Lupia e Matthew McCubbins, as informações não são escassas, mas são escassos os recursos cognitivos que as pessoas utilizam para processar tais informações. As notícias sobre assuntos políticos fervilham nos jornais, internet, TV, rádio, nas conversas entre familiares, amigos, etc. Contudo, faltam tempo e energia às pessoas para que possam dar sentido a todas aquelas informações. Todavia, Lupia e McCubbins sustentam que, mesmo assim, cada uma resolve diariamente uma infinidade de problemas complexos (p.6).

A informação só é útil se tão somente ajudar os indivíduos a não cometerem erros. Assim, se a informação não leva as pessoas a mudarem suas decisões, ela não

⁹ Tradução do autor.

provê nenhum benefício, e, dessa forma, é ignorável (*idem*). Em conformidade com Lupia e McCubbins, rejeitar informações inúteis é uma atitude necessária para os humanos e outras espécies sobreviverem e prosperar (*ibidem*). Em muitos casos, apenas uma pequena informação pode sustentar o conhecimento de que a pessoa precisa (p. 7).

Então, resta saber como os indivíduos adquirem conhecimento. Lupia e McCubbins afirmam que isso se dá, de um lado, a partir das experiências pessoais. Quem se utiliza desse mecanismo atenta-se para suas próprias observações do passado e prevê um futuro. Por outro lado, as pessoas podem obter conhecimento em função das experiências dos outros. Quem se ancora nessa estratégia, substitui a sua falta de experiência pessoal pela observação do passado feita por outras pessoas. Quando pensamos em política, conforme os pesquisadores, esse segundo caso prevalece (*idem*).

Dessa maneira, sendo as pessoas limitadas no processamento de dados, é interessante notar como a teoria comportamental explica a forma de elas lidarem com isso. Há a concordância de que todos querem tomar boas decisões, mas, diz Lau (2003), só não podem fazê-lo de maneira tão coerente, lógica, como propõe a teoria econômica.

A solução, segundo os comportamentalistas, está no fato de o ser humano ter desenvolvido mecanismos cognitivos ou regras para lidar com a sobrecarga de informações. “Esses esquemas são empregados automaticamente, sem qualquer premeditação consciente. Muitos desses recursos têm aplicações para vários aspectos da vida individual” (p. 30).

Uma das táticas de se lidar com a imensidão de dados por meio desses mecanismos cognitivos seria a categorização ou agrupamento dos pontos semelhantes de cada informação. É o que os comportamentalistas chamam de “processamento baseado em esquemas [...] uma estrutura da memória, organização hierárquica de conhecimentos sobre algum domínio, os quais são usualmente rotulados em categorias, com atributos específicos ligados entre si¹⁰”. Quando alguém recebe um novo estímulo, a primeira coisa que faz é tentar categorizá-lo como instância de algum desses grupos de informações já presentes em sua mente (*idem*).

Consoante com tais análises, essa estratégia de simplificar as coisas (a partir da categorização) se compõe em pelo menos três caminhos fundamentais: *decomposição*, *edição* e no uso de *heurísticas* (Lau, 2003, p. 30). No primeiro caso, a escolha pessoal é feita em partes, tornando-a presumivelmente mais simples do que a avaliação de todos os componentes do processo. A edição refere-se ao ato de

10 Tradução do autor.

descomplicar a análise, eliminando-se relevantes aspectos da decisão; por exemplo, o eleitor pode votar num candidato mais conhecido dele em vez de avaliar cada concorrente na disputa (*idem*).

Por fim, heurísticas são estratégias de resolução de problemas, frequentemente aplicadas automática e inconscientemente. Tratam-se de atalhos cognitivos para certos julgamentos e inferências úteis para a tomada de decisão, no lugar da busca completa por alternativas e consequências de cada opção feita (*ibidem*, pp. 30-31). Heurísticas agem como substituição de atributos, trocando elementos omissos ou faltantes de determinado assunto por outros que as pessoas já dominam (Kahneman, 2003).

Esses três mecanismos de simplificação, diz Richard Lau (2003), ajudam a resolver o problema da “racionalidade limitada”. Eles são gerais, empregáveis aos mais diferentes tipos de decisão, por todas as classes de pessoas. Esses esquemas devem, geralmente, “trabalhar no senso de produzir escolhas que são, se não ideais, pelo menos boas o bastante” (*idem*, pp.31-32). Todavia, Lau reconhece a probabilidade de ambos levarem a escolhas efetivamente incoerentes, pobres.

Arthur Lupia (1994) desenvolve trabalho empírico para avaliar a capacidade de os votantes superarem a falta de informação num processo eleitoral. Ele analisou a votação de uma reforma do setor de seguros na Califórnia (EUA), no final dos anos 1980. Os achados do pesquisador apontam que os votantes menos informados utilizam “pistas” para fazer suas escolhas e, com isso, emulam o comportamento daqueles mais bem informados (p. 63). Assim sendo, o voto pode refletir certa qualidade. O uso de “pistas” facilita a tomada de decisão, pois desenvolver “informações enciclopédicas” sobre assuntos políticos não parece ser uma atividade que “valha a pena” para a maioria do eleitorado (*idem*).

Por isso mesmo, a opinião pública sobre política normalmente tende a ser empobrecida, inconsistente e pouco estável (Sniderman et al, 1991). *Não é provável que pessoas pouco sofisticadas, como discutido anteriormente, tenham compreensão profunda das ideologias políticas.* Não obstante, Sniderman, Brody e Tetlock (*idem*) ressaltam que a forma pela qual os sistemas de crença são organizados varia entre os públicos que formam o eleitorado. Eles acreditam que esses sistemas de crença adquirem estrutura por meio da razão e da escolha. Portanto, para compreender tal estrutura, seria necessário identificar como as pessoas administram suas escolhas, ou seja, as considerações que elas fazem e o peso atribuído a cada escolha (pp. 3-4).

Nas palavras de Sniderman e colegas, os indivíduos podem confiantemente ajustar o que eles apoiam ou não desde que encontrem uma maneira efetiva de simplificar as escolhas que precisam fazer. Por exemplo, os pesquisadores detectaram que para o caso norte-americano as pessoas se posicionam favoráveis ou contrárias a políticas públicas para negros em função do próprio sentimento que elas têm sobre os negros (p. 4).

Dito isto, é importante tratar com pouco mais de detalhe a formação da opinião pública no campo da política. É a missão do próximo tópico.

1.5 - Elementos estruturais da formação da opinião pública em assuntos políticos

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a opinião pública no campo da política não parece tão simples de se mensurar. Inclusive, existem cativantes debates sobre os melhores métodos de se empreender tal tarefa. A dúvida é saber se os utilizadíssimos *surveys* são mesmo capazes de apontar limpidamente as características de certa população sobre determinado tema. Contudo, mesmo com o ceticismo, não se acharam métodos melhores, e o *survey* segue sendo utilizado firmemente.

Cabe salientar que a maioria das pessoas não aparenta ter interesse por conteúdos políticos, sobretudo aquelas como pouca informação (Turgeon, 2008). E, normalmente, os assuntos abordados nos questionários não estão em suas mentes no momento da entrevista (Zaller e Feldman, 1992). Os respondentes são internamente confusos em relação aos principais tópicos políticos e refletem considerações mais acessíveis à memória no momento da resposta (p. 579).

De acordo com a teorização de John Zaller e Stanley Feldman (*idem*), os indivíduos armazenam na mente um mix de informações mais ou menos consistentes. Quando precisam opinar ou escolher algo, as reflexões guardadas na memória favorecem a um lado mais que a outro (p. 585). Mais ainda, algumas pessoas podem desenvolver um completo e consistente conjunto de ponderações a respeito de qualquer assunto. Portanto, geralmente, os perfis opinativos individuais se mostram completamente instáveis (p. 610).

Donald Kinder (1998) concorda que a opinião pública seja algo de difícil análise. De forma preparatória para a discussão que faz, ele recorre à ideia habermasiana de esfera pública como um dos explicativos do que seria esse fenômeno.

A opinião pública surgiria de um espaço de discussões igualitárias, no qual os consensos sobre o bem comum fossem alcançados a partir do debate livre e aberto. Entretanto, Kinder critica a proposta de Habermas por entendê-la impraticável (p.780).

Para ele, a definição mais aceitável é a de V. O. Key (1963), segundo a qual opinião pública resulta de posicionamentos dos cidadãos privados sobre vários temas que os governos acham prudente prestar atenção. E é imprescindível buscar compreender sob quais condições as pessoas constroem tais opiniões e quão coerentes elas são. *É importantíssimo tentar conhecer os aspectos motivadores das preferências políticas pessoais e observar se há nexos entre essas preferências e os motivadores.*

O caminho para atingir esse objetivo, diz Kinder, são as análises empíricas de cada caso. A particularização seria melhor maneira de perceber como é formada a opinião pública sobre os mais diversos temas. Nas palavras dele, os cidadãos podem formar suas preferências de várias maneiras. Elas podem ser cegas, preconceituosas ou fundamentadas e bem informadas. Por esse motivo, é crucial verificar de onde as pessoas tiram informações que subsidiam suas considerações sobre as coisas do dia a dia, inclusive no campo da política. E os indivíduos expressam essas opiniões de várias maneiras, não apenas quando se dispõem a participar de um *survey* (pp.782-783)

Pensando em ideologias políticas – o foco deste trabalho –, os partidos¹¹ exercem papel preponderante como agentes informativos (Oppo, 2000). O debate político/partidário, desde a Revolução Russa de 1917, notadamente, se faz em torno da clássica dicotomia esquerda/direita. Portanto, essa ascendência partidária na condução das disputas ideológicas é digna de atenção especial.

Como considera Duverger (1980), os partidos espraiam-se além do domínio político para invadir o terreno econômico, social, familiar, etc.. Mas é importante mencionar que a preponderância partidária como fonte de informação e construção da opinião pública no campo ideológico varia muito de país a país, de uma cultura política para outra (Matsubayashi e Turgeon, 2012; Corral e Zechemeister, 2013).

Recentemente, Matsubayashi e Turgeon (2012) constataram que a habilidade de os eleitores se autoposicionarem ideologicamente alterna-se grandemente entre países, exatamente em função de cada contexto histórico e político/institucional. Num amplo trabalho comparativo, avaliaram 55 eleições em 33 nações. Os dados proporcionaram, resumidamente, as seguintes conclusões:

11 Não se pode negar a ingerência dos meios de comunicação, das religiões, famílias, organizações de classe e inúmeras outras instituições na formação das preferências políticas das pessoas (Ames e Smith, 2012). São fontes de informação e de influência, mas não é propósito deste trabalho observá-las.

“...os ambientes institucionais afetam o pensamento ideológico e como eles podem formar preferências políticas; cidadãos em antigas democracias são mais hábeis para se autoposicionar na escala ideológica do que os das mais jovens; em países onde partidos mais extremos competem por votos a proporção de cidadãos inaptos para se autoposicionar ideologicamente é mais baixa; nas nações onde há muitos partidos competindo, o eleitorado é menos propenso a se posicionar na escala, possivelmente por causa do ambiente confuso; e, por fim, onde há um sistema partidário de viés mais ideológico a mesma situação ocorre no eleitorado”¹² (p. 9).

Num trabalho semelhante, Corral e Zechemeister (2013) fizeram estudos comparativos entre 18 nações da América Latina, a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2010, e chegam a conclusão de que os fatores contextuais importam muito para o posicionamento ideológico, mais que características individuais. Elas detectaram, entre outras coisas, que o *grau de polarização partidária é preponderante para o eleitorado se mover politicamente a partir dos significados ideológicos* (p. 688).

Inglehart e Klingemann (1976) estudaram comparativamente como é a presença das ideologias esquerda/direita entre as populações de alguns países europeus. Eles argumentam que noções ideológicas verdadeiramente claras requerem grande esforço. Conforme os dados analisados pelos cientistas, *os mais bem educados possuem mais facilidades de localização que os de baixo nível educacional* (p. 264). Neste estudo, também mostrou-se haver significativa correlação entre a identificação partidária e o autoposicionamento ideológico (p. 269), reforçando a incumbência informacional dos partidos políticos.

Por isso, em certas especificidades, por causa do próprio contexto político, até para pessoas com mais anos de estudo, não parece ser fácil estabelecer-se ideologicamente de forma conexa. Como tem-se mostrado, é muito mais difícil quando as alternativas não são claras. O Brasil, por exemplo, pode ser tido como um caso de obscuridade política/ideológica. É uma nação na qual o cenário político é formado por inúmeros partidos, mas focado em candidatos, personalidades (Samuels, 1997) e numa agenda política aparentemente comum (Singer, 2012).

Para ter compreensão de como cada partido se comporta ideologicamente, num cenário como esse, é necessário grande esforço individual, ter interesse suficientemente capaz de gerar motivações. O eleitor deve se sentir estimulado a gastar energia à busca de informações completas, detalhadas. Seria preciso um bom nível de engajamento pessoal para desenvolver tais atitudes. É o próximo assunto em discussão.

12 Tradução do autor

1.6 - As capacidades individuais como condicionantes da sofisticação política

Em ambientes institucionais “confusos” é muito mais difícil escolher um caminho, ou formar uma opinião cristalizada, principalmente em temáticas tão abstrusas quanto as político/ideológicas (Matsubayashi e Turgeon, 2012; Corral e Zechemeister, 2013; Lau, 2003). Há componentes da própria capacidade cognitiva das pessoas que precisam ser considerados.

Nesse tipo de contexto, o comportamento político talvez precise ser avaliado a partir da realidade de cada pessoa, a sua sofisticação política ou ausência dela. Robert Luskin (1990) busca explicar o que leva alguns a serem mais bem sofisticados politicamente e que outros. Segundo ele, as condições capazes de promover qualquer tipo de comportamento estão baseadas em três colunas: *oportunidade, capacidade e motivação* (p.335).

Dos achados de Luskin, chama atenção o fato de que *interesse e inteligência*, representando *motivação e habilidade*, tem o maior efeito sobre a sofisticação política das pessoas (p. 331). Essa constatação reforça a teoria de que um indivíduo é politicamente sofisticado na medida em que suas “cognições políticas¹³” são vastas, muito bem organizadas e capazes de *constringi-lo* (ou *pressionar*) (*idem*).

Em outras palavras, conforme Luskin (1987b), sofisticação política é a complexidade cognitiva política, a expertise política. E a *ideologia*, nas palavras dele, na literatura que trata da sofisticação, é o mais alto nível de sofisticação política. “*A political belief system that is particularly large, wide-ranging, and organized is an ideology*” (p. 332).

Mas, como Robert Luskin presume, não se pode vincular sofisticação política apenas à ideologia. As teorias e evidências têm associado pessoas sofisticadas àquelas com alto nível de interesse por temas políticos, que votam e que são constantes nos eventos relacionados à política. Também é considerado sofisticado quem possui melhor capacidade de detectar e perseguir os próprios interesses, é menos suscetível à agenda midiática, é mais racional, além de dar atenção a propostas gerais em debate numa eleição, não a candidatos. Quanto aos não-sofisticados, são aqueles pouco atentos aos próprios interesses, não são tão dispostos a persegui-los, são menos resistentes à manipulação, não possuem aptidão para assuntos políticos, se apegam aos candidatos não à ideias, etc. (pp. 333-335).

13 Tradução do autor

Nesse estudo que faz do eleitorado norte-americano, Luskin busca avaliar, entre outros pontos, que variáveis levam à sofisticação política e por que elas geram essa sofisticação, olhando os pressupostos de *oportunidade, habilidade e motivação*. Deixando mais claro, ele argumenta que para se tornar sofisticado politicamente é necessário encontrar uma certa quantidade de informação política, ser suficientemente hábil intelectualmente para reter e organizar grande amplitude de informações e ter razões o bastante para fazer tudo isso (p. 335).

De todas as variáveis avaliadas por Luskin, como mostrado anteriormente, o *interesse por política* se mostrou “de longe” a mais importante para explicar a sofisticação política. Os dados ainda mostraram que o interesse por política depende do nível de sofisticação e o nível de sofisticação, da mesma forma, depende do interesse por política (p.348). Sofisticação também é resultado da motivação (nesse estudo de Luskin a motivação está associada a interesse, ocupação profissional e, indiretamente, à influência familiar) (p. 351).

Considerando que as pessoas sofrem influência do que ouvem e veem, Feldman e Johnston (2013) indicam a necessidade de se buscar entender as implicações da “complexidade estrutural” como determinantes das ideologias. Na visão deles, as pessoas frequentemente adotam identificações ideológicas a partir de razões simbólicas. Isto sugere que ideologia não pode ser reduzida a um simples valor ou medida para representar acuradamente as crenças políticas de todos os cidadãos (p. 2).

De acordo com Feldman e Johnston, os cidadãos certamente confiam no contínuo esquerda/direita para entender política, mas diferem em seus entendimentos dos conteúdos que representam uma corrente ou outra. Os cientistas procuram demonstrar a importância da heterogeneidade estrutural e conceitual para a compreensão das ideologias na massa. Como método para desenvolver a tarefa, eles substituem o modelo unidimensional – *one-factor model* – (a escala de autoposicionamento ideológico) por questões capazes de mensurar dois componentes ideológicos que consideram centrais – *two-factor model* – : o econômico e o social (pp. 5-6).

A partir dessa proposta, os pesquisadores fizeram comparações entre os dois métodos, o da escala (unidimensional) e o bidimensional sugerido por eles. Buscaram correlação entre o posicionamento na escala conservador/liberal e sete temas¹⁴ (*issues*)

¹⁴ Gastos do governo, seguro saúde, garantia de empregos, assistência aos mais pobres, aborto, adoção por gays e o papel da mulher (p. 7).

ligados a cada ideologia. Eles consideram essas preferências como indicações ideológicas latentes. Executaram o mesmo procedimento a partir do modelo que criaram. Todas as estatísticas favoreceram o *two-factor model* (p. 7).

Os dados de Stanley Feldman e Christopher Johnston demonstram haver conclusões diferentes sobre preditores de ideologias a partir do uso dos modelos unidimensional e o bidimensional (p. 18). O primeiro seria mais limitado, enquanto o segundo mais abrangente. De acordo com eles, comprova-se ser necessário considerar a complexidade política para haver um completo entendimento das atitudes ideológicas das pessoas. E isto não é possível de ser alcançado apenas com a medida da autocolocação na escala esquerda/direita, ou conservador/liberal (*idem*).

Olhando para todos pontos do debate inerente à construção do comportamento político das pessoas, parece mais difícil, ou mais trabalhosa, a tarefa de detectar e avaliar a coerência de suas preferências ideológicas. Conquanto, a análise mais abrangente do contexto de formação da opinião pública – aqui, especificamente na área da política – mostra-se uma promissora estratégia. Cada passo dado configura-se avanço na capacidade de entendimento do evento.

Nesse caminho, para completar a discussão teórica levantada neste trabalho, é tempestivo tratar com mais detalhes a dualidade político/ideológica convencional nas palavras *Esquerda* e *Direita*. É o objetivo das partes seguintes deste capítulo, as quais se dedicarão mais centradamente a algumas situações peculiares ao fenômeno do antagonismo esquerda/direita na política. Serão feitas contextualizações gerais da temática e do caso brasileiro especificamente.

1.7 - As idas e vindas no antagonismo Esquerda/Direita

Convém lembrar o evento indutor da dualidade política formada em torno das palavras *esquerda* e *direita*. A origem remonta a uma sessão da Assembleia Legislativa Francesa no final da Revolução de 1789 (Bobbio, 1995). Surgiu dessa reunião uma “metáfora espacial” cujos parlamentares sentados à direita da Câmara (*Feuillants*) se mostraram favoráveis à manutenção do antigo regime e os à esquerda (*Montagnards*) se posicionavam contrários, queriam mudanças. A atitude de se sentar em lados opostos, “inteiramente casual”, foi suficiente para dar sentido semântico à “composição dicotômica do universo político” até a contemporaneidade (p. 67).

O acontecimento na Assembleia Francesa serviu para associar esquerdistas a quem está ávido por novas experiências e direitistas à manutenção do *establishment* (Jost, Nosek e Gosling, 2008). Porém, a Revolução Russa de 1917 pode ser considerada o episódio ignitor das batalhas ideológicas globalizadas entre o que simboliza esquerda e direita (Hobsbawm, 1995). Mesmo, a priori, não sendo capaz de atingir diretamente, e por completo, a mente do povo, contagiou lideranças e formadores de opinião nos quatro cantos da Terra, tanto a favor do socialismo quanto do capitalismo¹⁵.

O historiador Eric Hobsbawm (*idem*) atribui a potência do impacto bolchevista à possível falência do velho mundo, de seus sistemas político e econômico. As nações, narra ele, estavam à espera de uma alternativa. E a eclosão dos partidos socialistas, ancorados na classe trabalhadora, representava a saída, sobretudo na maioria dos países europeus. “Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes derivados [...] do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista” (p. 62).

Os efeitos da Revolução Bolchevique, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, o surgimento da Guerra Fria, pondo duas superpotências em iminente enfrentamento, colocaram ainda mais em evidência as disputas programáticas. Socialismo e Capitalismo fortaleceram seus vínculos com as doutrinas de esquerda e direita (ou conservador e liberal/progressista), respectivamente, e fizeram ainda mais eruptivas motivações ideológicas como base da busca pelo poder político.

¹⁵ É importante ressaltar que há um tipo de convenção na literatura associando socialismo à esquerda e capitalismo à direita.

Com o passar dos anos, entretanto, muitos chegaram a decretar, de novo¹⁶, o fim das ideologias (Jost, 2006), especialmente depois da queda do Muro de Berlin. O esfacelamento da União Soviética e o fracasso da maioria das nações seguidoras do regime leninista, do mesmo modo, reforçaram tal pensamento. Todavia, diz Hobsbawm, “ainda é cedo para orações fúnebres [...] enquanto os chineses, um quinto da raça humana, continuam a viver num país governado por um Partido Comunista” (p. 89).

As ideologias políticas podem não ter sido extintas, mas alguns teóricos apontam para uma existência confusa. Segrillo (2004) escreve sobre o que chamou de “embaralhamento” dos conceitos de esquerda e direita depois de 1989. Durante estudos em Moscou no início dos anos 1990, ele se surpreendeu com as circunstâncias políticas da chamada *Perestroika*. “Comunistas ortodoxos eram chamados de *direita* e os que defendiam um avanço para uma economia de mercado eram rotulados de *esquerda*” (p. 615). Angelo Segrillo chama o fenômeno de esdrúxulo, pois em “termos políticos tradicionais, comunismo e socialismo estão associados à esquerda, e a defesa do capitalismo está mais do lado direito do espectro” (*idem*).

No entendimento de Segrillo, a realidade momentânea dos soviéticos explicava o cenário ideológico incomum. A busca por mais eficiência, uma sociedade mais justa, movia os defensores das reformas, “por isso os comunistas ortodoxos eram considerados a *direita* e os reformistas (muitos dos quais dali a um ou dois anos estariam defendendo o capitalismo em sua versão social-democrática)¹⁷ recebiam o rótulo de *esquerda*”(p. 616). Logo, conclui o pesquisador, “por um tempo, na URSS tivemos o comunismo na direita e o capitalismo na esquerda” (*idem*).

Mas essa transição russa, para muitos, deixou sem rumo teórico os esquerdistas em todo o mundo. Como consequência, teria eliminado o sentido das disputas político/ideológicas (*ibidem*, p. 617). Giddens, dizia, em meados da década de 1990, que as tradicionais divisões esquerda/direita não fazem sentido na sociedade atual.

Tal dicotomia não é mais capaz de oferecer referenciais políticos na complexidade corrente. Como proposta, Anthony Giddens aponta para a social democracia (centro-esquerda), a qual seria capaz de “não apenas trabalhar as grandes

16 O primeiro estabelecimento do “fim das ideologias” se deu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os cientistas sociais da época declaravam que faltava ao cidadão comum a estabilidade, consistência e a constrição exigidas pelas ideologias. Diziam também não haver diferença entre esquerda e direita (conservador/liberal) (Jost, 2006, p. 651). Observem-se ser os argumentos do “primeiro” fim das ideologias similares ao segundo momento, ou seja, pós 1989.

17 Parênteses do autor.

questões de justiça social, eficiência da economia, mas também as questões que afetam os indivíduos pessoal e diretamente” (*idem*).

Porém, Bobbio (1995), contesta essa visão e estabelece ser atualmente “a aspiração de igualdade a razão fundamental dos movimentos esquerdistas [...] enquanto os direitistas seriam menos igualitários” (p. 18). Norberto Bobbio, não obstante, destaca que esquerda e direita não são apenas ideologias. Seriam programas contrapostos imbuídos de apresentar propostas nos mais diferentes aspectos da vida, cuja solução quase sempre é política. “Não é um contraste só de ideias, mas de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (p. 33).

Quanto à argumentação de que a abstrusidade da política nas democracias modernas seria empecilho para díade esquerda/direita, Bobbio vê o contrário disso. As sociedades democráticas proporcionam um novo tipo de existência das disputas programáticas. Pressupõe-se haver nelas “diversos grupos de opinião e de interesse em concorrência entre si; tais grupos às vezes se contrapõem, se superpõem, em certos casos se integram para depois se separarem, ora se aproximam, ora se dão as costas” (p. 35). Mas, salienta, não implica no fim das posições esquerdistas e direitistas, pois entre essas distinções há espaço para elaborações intermediárias. Esse tipo de meio termo estaria representado na figura do “centro” (*idem*).

1.8 - Esquerda e Direita na política brasileira

As controvérsias envolvendo os conceitos de esquerda e direita após 1989 espalharam-se pelo mundo, e a política brasileira não ficaria imune a tais turbulências. Nas palavras de Angelo Segrillo (2004), “a confusão ideológica” nascida naquele momento histórico na Rússia, do mesmo modo, afetou a esquerda no Brasil e sua relação com a direita (p. 619). Essa rivalidade ideológica, convém ressaltar, não ocorreu no Brasil como na Europa, salvo dois picos: um nos anos 1960 e outro na primeira eleição democrática após a Ditadura Militar, na disputa entre Lula da Silva e Fernando Collor de Mello (Singer, 2002; Ames e Smith, 2010).

Em função dessa peculiaridade brasileira, diz Segrillo (*idem*), o impacto mais intenso das incertezas geradas após o fracasso da União Soviética se fez sentir num nível mais micro, à princípio, ou seja, no Partido Comunista Brasileiro (PCB). A legenda rachou e se declarou extinta em janeiro de 1992. Dessa cisão surgiram outras

agregações, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Popular Socialista (PPS). Em 1995, ex-integrantes do velho PCB conseguiram na justiça o direito de utilizar a sigla novamente, mantendo-a na ativa (p. 619).

Com o passar do tempo, o estado letárgico reverberou e ampliou o universo dos afetados pela “confusão ideológica”. Outros partidos tidos como esquerdistas se viram pressionados a ter um novo posicionamento (*idem*). Na interpretação de Angelo Segrillo, todas as eleições de 1989 para frente foram abaladas por essa nova configuração política. Como caso exemplar ele cita os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, cuja legenda, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reputado pelos analistas inicialmente como de centro-esquerda, passara a ser tachado de centro depois das eleições de 1994.

A mesma coisa aconteceu com o Partido dos Trabalhadores, considerado a principal agregação de esquerda com grande representatividade eleitoral. A eleição de Lula foi marcada pela aliança com o Partido Liberal (PL), uma sigla avaliada como de centro-direita (Segrillo, 2004; Fleischer, 2007). David Fleischer, inclusive, destaca o “abandono” petista do programa de governo aprovado em 2001 e a composição de uma plataforma centrista para a disputa do pleito de 2002 (p. 327).

As medidas e a preparação da transição de governo de FHC para Lula, naquele momento, apesar do histórico esquerdista do PT, eram elogiadas por empresários, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tradicionais redutos do que se chamam direita (Segrillo, *ibidem*). Era a guinada do primeiro ciclo petista rumo ao centro, como dizem Lucas e Samuels (2011), a partir da análise de seis edições da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)¹⁸ 1990-2009. Em consequência, na opinião deles, o sistema partidário brasileiro se torna ainda mais desconexo. Isso por já apresentar coerência ideológica relativamente baixa (p. 61).

Zucco Jr. (2011) vê a ida tanto de partidos da esquerda quanto da direita para o centro como um sintoma de convergência no posicionamento ideológico partidário. Ele destaca, porém, que nos últimos cinco *surveys* da PLB, a informação empírica mais clara é a de que o partido na oposição move-se para a esquerda e o no governo para a direita (p. 43). Quando o foco são modelos econômicos de gestão do Estado, a direita se manteve estável no seu vínculo com o mercado enquanto a esquerda passou a aceitar modelos de equilíbrio entre público e privado (p. 58). Esta situação pode indicar haver adaptações em função do próprio jogo eleitoral.

18 Iniciada por Timothy Power e depois em dupla com Cesar Zucco Jr.

Angelo Segrillo, por sua vez, enxerga a debandada dos partidos em direção ao centro não apenas como uma estratégia eleitoral. Ele vê o episódio como parte de um contexto mundial “pós-Muro”, o qual tem forçado novas acomodações ideológicas nas mais variadas matizes do espectro político. Segrillo justifica a opinião com base na situação vivida pelas nações desenvolvidas e em desenvolvimento no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Parecia que o capitalismo havia se sobreposto ao socialismo, a direita sobre a esquerda. Mas as crises econômicas impediram os direitistas de “curtirem” o momento. Desse modo, por causa do colapso socialista, e das dificuldades conjunturais, os partidos rumaram ao centro, onde aparentemente se acomodavam os votantes (p. 621).

Todavia, a incoerência partidária brasileira, afirmam Kevin Lucas e David Samuels (*idem*), não surge apenas em função de méritos lógicos ou por evidências empíricas. É algo de longo prazo, histórico, político e cultural no país. Eles entendem que o perfil conservador da transição democrática brasileira manteve o espaço para o clientelismo e para personalidades políticas tradicionais, quando se esperava um “movimento amplamente enraizado nas questões sociais e/ou na ruptura ideológica que poderia motivar a formação e institucionalização de partidos” (p.63).

Em outras palavras, não há na história brasileira um posicionamento dos partidos abertamente à esquerda ou à direita, capaz de contagiar, informar o eleitorado. A exceção, pelo menos até a ascensão de Lula ao poder, é o Partido dos Trabalhadores (p. 66). Por essa razão, Lucas e Samuels concluem que o sistema partidário brasileiro “não se consolidou de forma que os eleitores possam distinguir facilmente entre as principais agremiações” (p. 97).

É bom lembrar que a existência de partidos no Brasil é algo relativamente novo, com histórico de altos e baixos, e profundo vínculo estatal (Fleischer, 2007; Lucas e Samuels, 2011). Além do mais, a sociedade brasileira até o final dos anos 1970 era majoritariamente rural e analfabeta. Há menos de 100 anos, por exemplo, apenas 17% dos brasileiros viviam em cidades de 20 mil habitantes ou além, com pouco mais de 20% de alfabetizados (Carvalho, 2007, pp. 22-23).

Fora isso, a gênese de um momento mais significativo do sistema partidário do país remete ao período pós-1945 (Fleischer, 2007, pp. 303-339). As experiências da era colonial e do primeiro período republicano não foram importantes do ponto de vista da participação e engajamento popular, em grande parte por causas das restrições financeiras, de gênero e de sufrágio, enfim.

Em relação às ideologias, David Fleischer (*idem*) lista o histórico Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, como o introdutor das doutrinas esquerdistas. Ainda assim, o PCB não foi um grande arregimentador das massas e, quando começou a aumentar a representatividade, foi posto na ilegalidade (p. 306). E a primeira fase de pluripartidarismo durou apenas 20 anos. O Ato Institucional Número 2 (AI-2) extinguiu os partidos políticos, instituindo depois o bipartidarismo, restringindo as disputas eleitorais à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O quadro começa a mudar ainda no Regime Militar a partir de 1979, com a volta do pluripartidarismo¹⁹. A criação do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 deu certo impulso à competição entre esquerda e direita, pelo menos até Lula chegar ao poder. Não se pode deixar de lado o fato de o PT ser de longe o único partido a ter mais de 5% da simpatia do eleitorado (Paiva e Tarouco, 2011; Lucas e Samuels, 2011). Este cenário coloca a sigla como peça-chave no jogo, pois supostamente move não somente seus apoiadores, mas também seus opositoristas. Seria, no entendimento de Kevin Lucas e David Samuels (2011), “o PT e o resto”.

Portanto, observando-se o quadro histórico dos partidos políticos brasileiros, a atuação turva deles no quesito ideologia, *é importante diagnosticar também como se posicionam ideologicamente os votantes. É, da mesma forma, imprescindível avaliar se esse posicionamento é capaz de restringir (“constraint”) o eleitor nas suas atividades políticas.* As elites políticas, segundo Zucco Jr. (p. 58), ainda reconhecem a presença de postulados ideológicos em seu meio, porém a atuação prática delas é pouca associada a esses preceitos.

Além do mais, é relevante salientar que não são detectadas extremidades político/ideológicas no Brasil. Não são identificáveis partidos representativos eleitoralmente que estejam na extrema esquerda ou na extrema direita. Aliás, na parte mais à direita do espectro a dificuldade de se encontrar alguma agremiação é difícilíssima. À esquerda podem ser citados o PSTU, PCO, PCB e o PSOL; mas são partidos com pouquíssima força eleitoral.

Este quadro reforça a tese da falta de clareza dos partidos brasileiros no quesito ideologia. Se dogmas ideológicos movessem partidos, talvez a tarefa de a massa se localizar ideologicamente seria mais simples, ou existiria de fato. Como mostram os

¹⁹ De 1980 a 1985, esse pluripartidarismo era moderado, com apenas seis partidos, depois cinco (Fleischer, 2007, pp. 309-312).

achados de Matsubayashi e Turgeon (2012), nos sistemas partidários mais extremados ideologicamente a mesma situação se replica no eleitorado. No caso das nações onde há muitos partidos competindo, o eleitorado é menos propenso a se posicionar ideologicamente, possivelmente por causa do ambiente confuso (p. 9).

Em suma, com essa visão geral da situação ideológico/partidária no Brasil, abre-se espaço para a análise do posicionamento ideológico do próprio eleitor brasileiro. Passa-se do ambiente mais institucionalizado ao indivíduo. É o tema do próximo tópico.

1.9 - Esquerda e Direita entre os eleitores brasileiros

O posicionamento ideológico no eleitorado do Brasil não é algo cujos dados disponíveis possam oferecer a possibilidade de análises de um período histórico maior. Lavareda (1991) apresenta a primeira medida nacional da presença de ideologias políticas entre o povo, feita em 1963. Singer (2002) desenvolve a segunda na década de 1990. No primeiro caso, a estratégia passava por associar ideologias a personalidades em vez de a conceitos. Já no segundo, houve o pedido para o entrevistado se autocolocar numa escala. Portanto, tratam-se de sinais da preferência ideológica.

A pesquisa de 1963 fora feita pelo Ibope, com base numa amostra de eleitores de dez capitais. Os números indicam que 87% dos entrevistados à época se posicionaram entre esquerda, centro e direita. Desses respondentes, 45% se colocaram como centristas, 23% direitistas e 19% esquerdistas. O resultado, diz André Singer, é “perfeitamente compatível com os encontrados em amostras nacionais a partir de 1989” (p. 44).

Naquela ocasião, o método utilizado pelo Ibope para mensurar ideologias entre o povo foi o de vincular direita a Carlos Lacerda e a Ademar de Barros, centro a Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek e esquerda a Leonel Brizola e Miguel Arraes. A pergunta foi estruturada da seguinte maneira: “Das três hipóteses (personagens), qual a seu ver é a mais indicada para ser adotada pelo governo do Brasil” (p. 43).

Então, conforme o gosto do votante por uma ou outra personalidade, ele seria considerado de esquerda, centro ou de direita. Embora a tática do Ibope não seja capaz de mensurar a congruência do posicionamento do respondente, Singer (*idem*) avalia que o valor informativo do levantamento deve ser considerado. É o único dado sobre a temática para aquele período. Mas, é pouco provável que tenha havido consciência do entrevistado sobre o significado de esquerda, centro e direita.

André Singer, quase 30 anos depois, sob a hipótese principal de que ideologia seria capaz de prever atitudes políticas, desenvolve estudos mais específicos. O trabalho foi executado à base de *surveys* empreendidos em setembro de 1989 e março de 1990 e 1993, por meio do projeto Cultura Política, desenvolvido pelo Instituto DataFolha, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e pela Universidade de São Paulo (USP).

Nesses levantamentos, há o pedido para que o eleitor se posicione numa escala esquerda/direita, escolhendo entre os números de 1 a 7. As respostas foram analisadas por André Singer desta maneira: quem marcasse 1 e 2 seria de esquerda, 3, 4 e 5 de centro, 6 e 7 de direita. A redação da pergunta é a seguinte: “*Como você sabe, muita gente quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão, em qual posição política você se colocaria, sendo que a posição um é o máximo à esquerda e a posição sete é o máximo à direita?*” Oitenta por cento dos entrevistados se posicionaram.

Para aferir a coerência desse comportamento, Singer testa a correlação entre o autoposicionamento ideológico e a escolha do voto em candidatos considerados de esquerda ou de direita. Os dados analisados por ele mostraram haver associação positiva entre as variáveis. O mesmo ocorre entre o autoposicionamento ideológico e a preferência partidária, a qual é a maior preditora da escolha de voto (*idem*). Não há nesse estudo de André Singer a análise da relação entre ideologia e preferências políticas.

Entretanto, *pensando na ideia de constrição, na acepção de Philip Converse, é de se esperar que as ideologias levem as pessoas a preferir esta ou aquela política (issues) em função de suas ideologias. Haveria relação positiva entre as duas atitudes*. Portanto, se o respondente se coloca à esquerda, seria possível prever que ele fosse favorável, por exemplo, à maior intervenção do Estado na economia. Já à direita, seria o inverso disso.

A análise de Singer não olha diretamente a capacidade de o eleitorado se autoposicionar na escala esquerda/direita, mas na probabilidade de tal atitude prever o voto. Os dados que ele analisa mostram que a renda foi um fraco preditor de voto. Já a escolaridade teve maior capacidade preditiva que o nível de rendimentos. E o melhor indicativo da ideologia do entrevistado foi a preferência partidária. Os eleitores que se identificavam com partidos esquerdistas votaram em candidatos da esquerda; da mesma forma ocorreu com aqueles à direita.

No que tange à ideologia como direcionadora do voto, na interpretação de André Singer, cogita-se ser um preditor mais abrangente, “embora não tão seguro” quanto a preferência partidária. Ele defende essa tese a partir dos próprios dados, porque do total de respondentes apenas 44% declararam gosto por algum partido, enquanto 80% se posicionaram na escala esquerda/direita (*idem*). Portanto, pela conclusão de Singer, para a eleição de 1989, “a identificação ideológica revelou-se mais útil para a compreensão do voto da maior parcela do eleitorado” (p.87).

Nesse sentido, lembrando que Singer utiliza a escolha dos candidatos pelo eleitor como indicador de coerência ideológica, a avaliação dele para o pleito de 1989²⁰ aponta consistência entre autoposicionamento na escala esquerda/direita e o voto. Singer faz a ressalva, porém, de que posicionar-se na escala não necessariamente significa uma iniciativa cognitivamente estruturada e nem que o eleitor, se perguntado, diria espontaneamente ter motivado seu voto a partir da adesão à esquerda ou à direita. Para o pesquisador, o fato de o votante se colocar na escala já indica que ele sabe o que está fazendo, “ainda que intuitivamente” (p. 131).

Especificamente sobre o significado de esquerda e direita, os dados analisados por André Singer²¹ revelam que 60% dos ouvidos não possuíam tal noção. Ele incluiu nesse percentual respostas como “esquerda é o errado, negativo, e direita é o certo, melhor”. Explicitamente, 40% do eleitorado declarou não saber o que quer dizer cada um dos termos. No geral, Singer considera corretas as respostas nas quais os entrevistados disseram ser de esquerda os contra o governo e de direita os a favor. Isso corresponde, diz ele, “tanto à história brasileira quanto aos padrões internacionais, em que a esquerda é vista como sendo uma força de oposição” (p. 142).

Convém estabelecer que André Singer e Carreirão (2002; 2007) consideram todos os pontos da escala como resposta correta. No caso deste trabalho, além de usar essa mesma estratégia, como inovação serão também avaliados os resultados tendo o ponto do meio como sintoma de que o entrevistado não *sabe* se autocolocar na escala ideológica esquerda/direita. O debate sobre o ponto do meio é controverso na ciência política, com pesquisadores a favor e contrários à sua consideração (Converse e Pierce, 1986; Kroh, 2007; Inglehart e Klingemann, 1976; etc.). Essa controvérsia será um pouco mais detalhada no capítulo metodológico.

20 Principalmente para o segundo turno, quando a eleição se polarizou entre Lula e Collor.

21 Cultura Política/1989 e Cultura Política/1990.

No próximo tópico, é feita uma breve discussão sobre as ideologias políticas esquerdistas e direitistas no Brasil após a chegada de Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

1.10 - Esquerda e Direita no pós-Lula

Um fato novo do ponto de vista histórico, e com possíveis repercussões nos debates sobre ideologias no Brasil, é o personagem Luis Inácio Lula da Silva e seu modelo de governo. Alguns estudiosos têm nomeado o evento vinculado a ele de *Lulismo*. André Singer (2012), principalmente, parte do princípio de que o fenômeno se resumiria numa “reforma gradual” e num “pacto conservador”. É uma existência sobre o “signo da contradição” (p. 9).

As características do acontecimento, segundo Singer, não são tão simples de ser interpretadas. Todavia, o pesquisador estipula algumas bases explicativas. Consistiria numa filosofia de governo, ou poder, tão forte, capaz de “empurrar” todos os atores disputantes do voto popular a um discurso similar, pasteurizado. Esse modelo liderado por Lula teria como caminhos uma política econômica conservadora, com “viés supostamente neoliberal do primeiro mandato para o reformismo do segundo” (p. 10). O resultado dessa equação seria o próprio realinhamento eleitoral²² cristalizado a partir de 2006, ou seja, a marcha inicial do lulismo.

Na prática, o interesse de André Singer está centrado na ideia de que boa parte do eleitorado brasileiro teria aderido a um modelo capaz de determinar uma agenda de longo prazo, “da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar”. E a agenda, nesse caso, é a da redução da pobreza. Isso passa por algumas políticas públicas desenvolvidas nos dois governos de Lula, as quais Singer chama de “bases materiais do voto” (p. 63). Tais bases seriam o Programa Bolsa Família, a recomposição do Salário Mínimo, o crédito consignado, o microcrédito, a bancarização de pessoas de baixíssima renda e o crédito para a agricultura familiar (p. 67).

Essas diretrizes de governo passaram a movimentar também as estratégias oposicionistas. A artimanha fica clara na campanha presidencial de 2010, quando o principal adversário da governista Dilma Rousseff, o ex-governador de São Paulo, José

²² “Expressão elaborada nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo” (Singer, 2012, p. 13).

Serra, do PSDB, prometeu manter e ampliar, por exemplo, o valor pago pelo Bolsa Família, entre outras políticas “lulistas”. Portanto, pode-se depreender, como diz Singer, que o lulismo não gera “uma rearticulação ideológica” (p. 32). Ao contrário disso, conclui ele, as circunstâncias do realinhamento eleitoral enfraqueceu a disputa esquerda/direita (p. 34).

André Singer enxerga a díade ricos e pobres como única polarização do lulismo, não entre esquerdistas e direitistas. “Isso significa que o lulismo dilui a polarização esquerda/direita porque busca equilibrar as classes fundamentais e esvazia as posições que pretendem representá-las na esfera política” (p. 35). O evento lulista, conforme Singer, coloca de um lado os eleitores de baixa renda e de outro as camadas médias. Nessa situação, o PT representaria os primeiros e o PSDB os segundos (*idem*).

Essa circunstância nova da política brasileira pode acarretar em mais complicadores no entendimento da massa do que seria esquerda e direita, pois junta elementos das duas correntes: a ordem (tradicionalmente ligada aos anseios direitistas) e o combate à pobreza (agenda mais esquerdista). Para Singer, tal situação faz do modelo liderado por Lula um episódio ideológico próprio, uma nova ideologia no tabuleiro no qual já se encontram esquerdistas e direitistas (p. 75).

Tende a fazer sentido essa análise quando se consideram os indicativos históricos/comportamentais da camada do eleitorado tida como base do lulismo. Perfilam aí os mais pobres do país, pessoas que sempre esperaram um socorro do Estado, mas sem haver rompimento da “normalidade”. São indivíduos que não apoiam greves, por exemplo. Então, esse grupo teria se acomodado na política exatamente no estilo Lula de governo (*idem*).

Rennó e Cabello (2010) chegam a conclusões diferentes das de André Singer e de Samuels (2004). Em primeiro lugar, discordam na questão do realinhamento. Para eles, lulismo não é um realinhamento partidário estável (Singer) e nem uma nova personalização da política no Brasil (Samuels). “Se há algo que pode explicar em parte o lulismo é o voto retrospectivo, que avalia o governante no poder” (pp. 40-41). Sendo assim, o desempenho do governo é fundamental para a compreensão de uma parte do voto em Lula. A outra, dizem, seria menos influenciada pela situação governamental e determinada por “fatores mais circunstanciais e menos estruturais” (*idem*).

As inferências de Lúcio Rennó e Andrea Cabello se baseiam em duas variáveis acrescentadas ao estudo da temática, as quais teriam sido ignoradas nos trabalhos anteriores. “Decompomos o voto em Lula, além de diferenciá-lo do voto nos

demais candidatos” (p. 40). Dividiram o eleitorado brasileiro em equipes: lulistas antigos (os que votaram no Lula em 2002 e em 2006), lulistas novos (os que passaram a votar nele em 2006), petistas e demais eleitores. Os pesquisadores ressaltam que ambos grupos, apesar de apoiarem o ex-presidente, não se identificam com o PT.

Portanto, os dados analisados por Rennó e Cabello leva-os a concluírem ser o lulista um eleitor sem informação política, que não presta atenção a campanhas eleitorais, não gosta de partidos e nem se identifica fortemente com personalidades políticas. Eles ainda destacam outro resultado contradizente aos estudos anteriores. Os votantes identificados com o PT simpatizam-se mais fortemente com Lula que os eleitores lulistas. O lulista assemelha-se ao eleitor não-alinhado²³, ou independente.

Carreirão (2007) avalia o cenário da chegada de Lula ao poder por outro caminho, ou seja, o da implicação sobre a autoidentificação ideológica do povo. Ele testa a hipótese de que a partir do governo lulista houve diluição na percepção do eleitorado em relação às ideologias. O pesquisador mensura o voto para presidente em 2006 em função do posicionamento ideológico do respondente e compara os resultados com a eleição de 2002. Em primeiro lugar, os dados mostraram a redução do percentual de votantes que se autopositionaram na escala esquerda/direita de um pleito para outro. Passou de 23% em 2002 para 42% em 2006, um aumento de 80% dos que não se posicionaram ideologicamente (p. 329).

Esse resultado, de acordo com Yan Carreirão se deve a uma movimentação do eleitorado situado à esquerda, o qual passou de 26% em 2002 para 9% em 2006. E a queda na identificação esquerdista se deu, inclusive, entre os entrevistados com mais escolaridade. De forma geral, os achados de Carreirão apontaram baixa correlação entre ideologia e voto para presidente na eleição que garantiu o segundo mandato de Lula da Silva (*idem*). Portanto, corrobora a hipótese levantada por ele e muito do que a literatura vem tratando sobre a redução do papel das ideologias no comportamento do eleitor brasileiro.

Em suma, parece haver uma complementariedade entre os estudos de Carreirão, Samuels, Singer e de Rennó e Cabello. Yan Carreirão centra-se mais nos resultados das urnas, algo relativamente similar ao trabalho de Lúcio Rennó e Andrea Cabello, cujo enfoque são os motivadores dos votos exclusivamente lulistas. David

23 “[...] no sentido atribuído ao conceito pelos estudos de comportamento eleitoral nos Estados Unidos. O eleitor não alinhado é aquele que não demonstra preferências políticas fortes e que vota, até certo ponto, influenciado por suas redes pessoais ou sua avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Ele, por sua vez, não se concentra em uma classe social específica, distribuindo-se por diferentes camadas sociais, dispersando-se entre elas” (p. 40).

Samuels analisa o fenômeno a partir dos eleitores petistas e não-petistas. André Singer, em princípio, não se atém às minúcias do voto em Lula especificamente. Está mais interessado num evento “macropolítico”: nas implicações das “bases materiais” do estilo de gestão de Lula na agenda política geral, de governistas a opositoristas.

O esforço dessa literatura em explicar a situação política do Brasil, a partir da ascensão de Lula, reforça a ideia de quão intrincado é o sistema político/ideológico do país. Nesse emaranhado todo, acrescenta-se o fato de a história brasileira, como já tratado aqui, ser marcada por pouca, ou quase nenhuma, mobilização partidária (Kinzo, 2005), fora o sistema eleitoral centrado mais no candidato (Samuels, 1997), no lugar das disputas ideológicas. Num cenário desses, abre-se espaço para dúvidas sobre a real capacidade de a massa se posicionar ideologicamente. Por isso mesmo, convém destacar mais uma vez a pergunta principal desta dissertação: *As ideologias políticas Esquerda e Direita importam para a massa do eleitorado brasileiro?*

Primeiras hipóteses

Tendo esta pergunta como guia, pretende-se testar algumas hipóteses a partir de determinadas perguntas-chave, levando-se em conta a análise de Luskin, a qual estabelece três fatores explicativos da sofisticação política, a saber, *oportunidade* (aqui pode ser associada ao acesso à *informação política*), *capacidade* e *motivação/interesse por política*. A primeira questão é: *o eleitor brasileiro consegue se posicionar ideologicamente?*

H1: A maioria dos eleitores não sabe se posicionar ideologicamente.

Ao se observar as características da sofisticação política e a história política brasileira, pode-se esperar a confirmação desta hipótese. Afinal, como discutido anteriormente, a massa tende a estar alheia às questões políticas mais complexas. Além disso, não parece haver informações disponíveis, suficientemente claras, nem habilidade e motivação capazes de proporcionar no povo tal atitude.

H1a: A capacidade de o eleitor brasileiro se posicionar ideologicamente é maior quanto mais ele tiver interesse por política.

Esta é uma das características principais da sofisticação, pois com interesse por política, conseqüentemente, espera-se que o indivíduo participe mais, seja mais mobilizado, busque mais informações, tenha maior capacidade de estruturar suas ideias. Desse modo, pode haver correlação positiva entre tal interesse e a condição de se posicionar ideologicamente.

H1b: A capacidade de o eleitor brasileiro se posicionar ideologicamente é maior quanto maior for sua capacidade cognitiva.

Se entendermos estar a capacidade cognitiva associada ao grau de escolaridade²⁴, é provável, como se vê em outros estudos (Singer, 2002; Carreirão, 2002), que o eleitor com mais anos de educação formal possua melhores condições de se posicionar ideologicamente. Todavia, é possível que essa variável não seja tão capaz de explicar o autoposicionamento ideológico do eleitorado brasileiro.

Se forem consideradas as diferenças regionais, os mais variados níveis de qualidade do sistema educacional e a desigualdade de acesso à educação no Brasil (Arroyo, 2010), talvez o grau de escolaridade não seja uma variável tão importante para ideologia. Apesar disso, há entre alguns pesquisadores o entendimento de que quanto mais anos de estudo a pessoa tiver, mais habilidades e recursos ela terá para se engajar em assuntos da política e comunicar suas preocupações aos próprios políticos (Verba et al., 1995).

H1c: A capacidade de o eleitor brasileiro se posicionar ideologicamente é maior quanto mais oportunidades de se informar sobre política ele tiver.

Se o eleitor, por exemplo, acompanhar com frequência o noticiário de política, conversar sobre política com amigos, familiares, estar atento aos temas políticos, é de se prever que ele tenha maior conhecimento político e, portanto, tenha melhores condições de se posicionar ideologicamente.

²⁴ Este ponto será mais bem explicado no capítulo metodológico.

Segundas hipóteses

Agora, com foco na ideia de “*constraint*” desenvolvida por Converse, serão repetidas as hipóteses H1a, H1b e H1c a partir da seguinte pergunta: *A ideologia estrutura as preferências políticas entre os eleitores que se posicionam na escala?*

H2: A relação entre ideologia e preferências por políticas públicas é baixa.

Lau, Andersen, Redlawsk (2008) fazem análise num campo similar à proposta nesta hipótese, mas com enfoque no que chamam “*Correct Voting*”, isto é, o voto de acordo com valores e prioridades individuais. Dessa forma, o votante escolheria o candidato cujas propostas mais se aproximem das visões de mundo dele.

Nesta hipótese, em vez do voto, pretende-se observar a relação entre ideologia e preferências por políticas públicas. Se o indivíduo se posiciona na escala esquerda/direita, é provável que este posicionamento ideológico o leve também a se posicionar sobre temas políticos.

H2a: A relação entre ideologia e preferências por políticas públicas é maior quanto maior for o interesse por política.

À primeira vista, é natural esperar haver maior relação entre políticas públicas e ideologias entre os respondentes mais interessados por assuntos políticos. Políticas públicas são, muitas vezes, temas densos, cuja complexidade pode afastar os desinteressados pela política. Então, esse tipo de interesse deve influenciar positivamente a relação ideologia e preferência por políticas públicas.

H2b: A preferência por políticas públicas é maior quanto maior for a capacidade cognitiva do eleitor.

Associando capacidade cognitiva a grau de escolaridade²⁵, espera-se haver confirmação desta hipótese entre os respondentes com mais anos de estudos. Têm-se, pelo senso comum, e em várias pesquisas, que quem possui mais anos de educação formal compreende melhor temas complexos.

Assim sendo, a capacidade cognitiva pode influir significativamente na relação entre o posicionamento ideológico do eleitor e suas preferências por políticas públicas.

25 Este ponto será mais bem explicado no capítulo metodológico.

H2c: A preferência por políticas públicas é maior quanto mais informações o eleitor tiver acesso.

É provável que os eleitores mais bem informados sejam coerentes nas suas atitudes políticas. Como dizem Lau, Andersen e Redlawsk (idem, p. 398), podem ter o que chamam “domínio específico”, ou seja, no caso aqui avaliado, o conhecimento mais especializado de política.

Desse modo, se o respondente se posicionou na escala ideológica, e sendo mais bem informado, espera-se que esse nível de informação também influa na relação entre suas preferências políticas e sua ideologia.

2 - Metodologia aplicada a esta pesquisa

2.1 - Os bancos de dados utilizados

Para cumprir a meta de identificar se o eleitorado brasileiro “*Sabe*” se posicionar ideologicamente, e algumas variáveis explicativas dessa atitude, esta dissertação usa dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e 2010, além da pesquisa Cultura Política de 1989 e 1993.

A preferência por ESEB e Cultura Política se deu pela representatividade da amostra e boa compatibilidade dos questionários com a elaboração teórica proposta neste trabalho. Fora isso, o uso da pesquisa Cultura Política possibilita a comparação do período atual com a primeiro ciclo eleitoral pós-regime militar. É importante, porque, conforme Singer (2002), trata-se do segundo pico da dualidade esquerda/direita no Brasil. O primeiro teria sido o início dos anos 1960, especificamente no governo de João Goulart, que foi retirado do poder por um golpe de estado empreendido pelos militares em 1964.

O ESEB é um estudo feito em todo o Brasil, depois das eleições, cujo objetivo é o de investigar temas inerentes à ciência política e à sociologia. O questionário é composto, na maioria dos casos, por perguntas aplicadas pelo *Comparative Study of Electoral Systems*. A amostra representa a população brasileira com mais de 16 anos, é probabilística sem substituição, com seleção executada em três estágios: município, setor censitário e domicílio.

O sorteio dos municípios se deu de acordo com as regiões político-administrativas do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Levou-se em conta, da mesma forma, a importância das capitais de cada estado, tendo as 27 capitais como autorrepresentativas. Dessa maneira, o ESEB é feito com base em seis estratos geográficos. Cada um, individualmente, possui suas respectivas margens de erro.

Semelhantemente do ponto de vista da amostragem e questionários, os bancos de dados da pesquisa Cultura Política abrangem a cena política brasileira nos anos subsequentes à ditadura militar, com amostra representativa da população do país a partir dos 16 anos. Os *surveys* foram feitos estratificadamente, com sorteio aleatório.

Essas pesquisas fazem parte do projeto Cultura Política e Consolidação da Democracia no Brasil, conduzidos pelo Instituto DataFolha, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e Universidade de São Paulo, coordenados pelo Professor José Álvaro Moisés.

Na Cultura Política, o eleitorado brasileiro foi trabalhado no conjunto, considerando-se as regiões Sul, Sudeste e Nordeste e Norte/Centro-Oeste. Para a execução dos sorteios, os municípios foram agrupados de acordo com peso eleitoral da região da qual fazem parte, localização geográfica e nível socioeconômico. Todos foram estratificados por tamanho populacional, por meio dos sorteios, passando por bairros, ruas, até chegar ao indivíduo.

2.2 - O eleitor brasileiro e sua capacidade de se posicionar ideologicamente

Convém rememorar que o primeiro fenômeno a ser estudado nesta dissertação é a capacidade de o eleitorado brasileiro se posicionar ideologicamente. A variável dependente para esse propósito é **capacidade de se posicionar ideologicamente**. Para viabilizar o estudo, são utilizadas as escalas numéricas apresentadas ao eleitor no momento da entrevista por cada pesquisa.

Nos questionários, é solicitado ao respondente que se posicione numa escala de Zero a 10²⁶ para revelar sua ideologia. O entrevistador explica que quem marca o Zero é reputado extrema esquerda e no 10 extrema direita. E, por consequência, quem se coloca nas posições intermediárias, 1, 2 e 3 é considerado moderadamente de esquerda na proporção do valor escolhido. Da mesma forma, os posicionamentos 7, 8 e 9 são indicados moderadamente de direita. Nas posições 4, 5 e 6, o respondente é julgado como de centro.

Há uma *inovação*, neste estudo, na maneira de executar a análise da capacidade de o eleitor se posicionar no espectro ideológico esquerda/direita. São executados *três tipos de operacionalização* para a variável dependente **capacidade de se posicionar ideologicamente**, cada um com variáveis dependentes dicotômicas: **Sabe** codificado como (1) e **Não Sabe** codificado como (0) (Tabelas 1 e 2 do apêndice).

Na primeira operacionalização, todas as posições da escala esquerda/direita são agrupadas como respostas de quem *Sabe* se posicionar ideologicamente - método já utilizado por Singer (2002) e Carreirão (2007). Na segunda, o ponto do meio (5) será entendido como uma não-opinião. E, na terceira, restringe-se mais ainda, com os pontos normalmente associados ao centro (4, 5 e 6) também tidos como não-opinião.

26 Na Cultura Política de 1989 a escala é de 7 números. O 1 é tido como extrema esquerda e o 7 extrema direita. O 2 é moderadamente à esquerda e o 6 moderadamente à direita. Os números 3, 4 e 5 são listados como de centro. Já a de 1993 usa a de 10 números. O 1 é extrema esquerda e o 10 extrema direita. 2 e 3 são moderadamente de esquerda. 8 e 9 moderadamente à direita. E 4, 5, 6 e 7 de centro

Há intenso debate na literatura sobre se o ponto do meio pode ser, de fato, reconhecido como posicionamento ideológico ou não. Ao estudarem o caso francês, Converse e Pierce (1986) observaram que *um quarto* dos respondentes se colocaram no ponto do meio da escala. Eles descreveram essas pessoas como “neutras, descompromissadas ou mesmo completamente indiferentes e ignorantes em relação ao eixo genérico das disputas políticas” (p. 128).

Na mesma direção, Narayan e Krosnick (1996) entendem ser as marcações do ponto do meio um indicativo de que o respondente não conhece tão bem o assunto quanto os que se colocam nas outras posições da escala.

Scholz e Zuell (2012), numa pesquisa em que avaliaram situações nas quais os entrevistados que se posicionam ideologicamente estariam propensos a responder *questões abertas*, observaram que os que se colocaram no ponto do meio são os menos dispostos. Quem se posicionou nas demais posições da escala se mostrou mais inclinado a responder a esse tipo de questionário (p. 1425).

Segundo Kroh (2007), existem duas interpretações a respeito do ponto do meio identificadas na literatura. No primeiro grupo, estão aqueles que se preocupam em saber se quem se autocolocou no centro mostra um direcionamento preciso da sua opinião latente ou se acaba se escondendo por não apresentar atitude ideológica ou não querer tomar partido. Essa corrente entende que ocorre aumento de não-opinião caso não seja considerado o ponto do meio e que apenas entrevistados com baixos níveis de sofisticação política utilizam esse ponto da escala esquerda/direita (pp. 207-208).

O argumento contrário entende que o ponto do meio oferece uma adicional gradação para mapear opiniões latentes. Para quem defende essa tese, o posicionamento de centro pode ser de grande relevância na análise da dimensão esquerda/direita, pois pequenos partidos e alguns candidatos, muitas vezes, se apresentam como independentes, abertos a votos e a coalizões oriundas de ambos lados do espectro. Por esse motivo, não considerar o ponto do meio pode dificultar a análise das opiniões latentes. O centro ajudaria a dar qualidade à escala esquerda/direita (*idem*).

Há boas razões teóricas, especificamente no caso brasileiro, que favorecem o entendimento de que boa parte dos posicionamentos em toda a escala propende a ser incoerente com as atitudes políticas do respondente. Portanto, o ponto do meio, no caso das pesquisas sobre ideologias políticas no Brasil, pode mesmo vir a ser uma não-opinião. É um tema controverso e importante para futuros estudos metodológico.

2.3 As condições determinantes do posicionamento ideológico

Depois de tratar do método de análise da capacidade de o eleitor se posicionar ideologicamente, pensando nas teorias da sofisticação política, passa-se às características individuais capazes de determinar a atitude de se posicionar no espectro esquerda/direita. Faz-se o detalhamento das variáveis para o teste das hipóteses de que quanto mais *interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais oportunidade de se informar sobre política* o eleitor tiver, maior será a probabilidade dele expressar seu posicionamento ideológico (Tabelas 4 e 5 do apêndice).

Interesse por política – Pressupõe-se haver relação positiva entre a capacidade de o eleitor se posicionar ideologicamente e o interesse por política. Nos bancos de dados, uma pergunta questiona diretamente se o entrevistado tem *interesse por política*. Esta variável é dicotômica, na qual “tem interesse” recebe o valor (1), e “não tem interesse” é codificado (0).

Capacidade Cognitiva – *Escolaridade* é utilizada como *proxy* para capacidade cognitiva. Luskin (1990) associa capacidade cognitiva à *inteligência* (p. 336), a qual é operacionalizada por anos de estudo do entrevistado. Ele entende que é elusivo (p. 341) o uso de escolaridade para mensurar capacidade cognitiva, mas não há ainda, na ciência política, outro método para esse propósito. No caso do Brasil, há um problema maior em relação à *escolaridade*, pois, as diferenças de qualidade no ensino podem gerar desigualdades no aprendizado.

Não obstante, para cumprir a meta de análise da relação entre o posicionamento ideológico e *capacidade cognitiva*, é executada a seguinte operacionalização para *Escolaridade*: são tomados como indivíduos de maior capacidade cognitiva aqueles que têm de *faculdade incompleta até pós-graduação*, os quais são codificados (1), e os demais (0). Entendemos, nesse caso, que é possível haver melhor capacidade cognitiva entre aqueles com formação universitária.

Oportunidade de se informar – Espera-se que quanto mais oportunidades de se informar sobre política, mais sofisticado o eleitor será e, portanto, maior será a sua condição de se posicionar ideologicamente. Para fazer esse teste, utilizamos a mesma estratégia de Luskin, ou seja, a variável *leitura das editoriais de política dos jornais*; e acrescentamos a variável *conversar sobre política*. Na operacionalização, as duas variáveis são somadas, gerando uma nova variável, categorizada de (0) a (2). Sendo (0) o mínimo de oportunidades, (1) média e (2) o máximo.

As variáveis *interesse por política e capacidade cognitiva* são dicotômicas, por isso, para suas análises, executa-se a regressão de modelo *probit*. Em relação à variável *oportunidade de se informar*, por ser qualitativa ordinal, usa-se o modelo *ordered probit*. Outro fator importante é a recomendação dos gestores dos bancos de dados para o uso da variável *peso (weight)* em todas as análises feitas com base neles.

Dito isto, é feita, a seguir, a explanação das variáveis para a probabilidade de a *ideologia* restringir o eleitor em suas preferências políticas.

2.4 - A constrição ideológica sobre as preferências políticas

A hipótese a ser testada é a de que a constrição é baixa. Para esse teste, apenas o ESEB 2002 dispõe das variáveis que atendem à proposta desta pesquisa. Aqui usa-se a escala ideológica completa, de zero a 10.

Preferências por políticas²⁷: para avaliar a possível constrição da ideologia sobre preferências políticas, são usadas variáveis *proxy*, as quais são dicotômicas e qualitativas ordinais:

1) *Desapropriação de terras*: a pergunta é se o entrevistado concorda que o Estado desapropriar terras sem uso ou o dono deve fazer o que quiser da propriedade. Originalmente, esta variável é dicotômica, ou seja, (1) concorda e (2) discorda. Para esta variável, as regressões são do modelo *probit*, por ser dicotômica.

2) *Investimento em infraestrutura*: para esta variável, foram selecionadas quatro perguntas, as quais questionavam se o entrevistado era a favor de o Governo, ou o Governo e Empresas Particulares ou Empresas Particulares cuidar de “estradas e rodovias”, “energia elétrica”, “telefone fixo” e “telefone celular”. Cada uma dessas variáveis foi codificada da seguinte forma: (1) para quem é a favor do Estado, (2) do Estado e Iniciativa Privada e (3) apenas da Iniciativa Privada. Para as análises, são executadas regressões do modelo *ordered probit*, por serem variáveis qualitativas ordinais, tendo o menor valor associado à ação estatal.

Após explicar as variáveis para o teste do nível de constrição gerado pela ideologia sobre as preferências políticas, passa-se ao próximo passo desta pesquisa: ou seja, mais interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais informações sobre devem aumentar a probabilidade de que a ideologia do eleitor o restrinja nas suas preferências políticas.

²⁷ Para os percentuais de apoio, ou não, a cada política ver gráfico 3 do apêndice

2.5 - A sofisticação política como condicionante da constrição ideológica sobre preferências políticas

Neste ponto, *ideologia* é multiplicada às variáveis da sofisticação política. Os procedimentos agora testam a hipótese de que quanto mais *interesse por política*, maior *capacidade cognitiva* e mais *oportunidade de se informar sobre política*, maior a probabilidade de que *ideologia* condicione positivamente as *preferências por políticas públicas* do eleitor.

É imprescindível mencionar que aqui também se usa a escala ideológica de zero a 10. Por ser uma variável qualitativa ordinal, as regressões executadas são do modelo *ordered probit*. Também, por recomendação dos gestores do banco de dados, é utilizada a variável *peso (weight)*. Como no tópico anterior, apenas o ESEB 2 dispõe das variáveis da análise.

Vale ressaltar, para concluir, que o uso do expediente de interagir variáveis explicativas é conhecido por *modelo interativo*, o qual prevê a multiplicação de variáveis independentes entre si. Conforme Brambor et al (2006), a metodologia é bastante adequada aos fenômenos analisados pela ciência política, por causa da relação condicional existente entre contextos institucionais e atores. Por exemplo, como visto na discussão teórica, espera-se haver *constrição* entre *ideologia* e *preferências* pela política pública A ou B, etc.

Com a explanação de cada variável e métodos analíticos concluída, na seção seguinte são exibidos os resultados alcançados pelos modelos propostos nesta pesquisa.

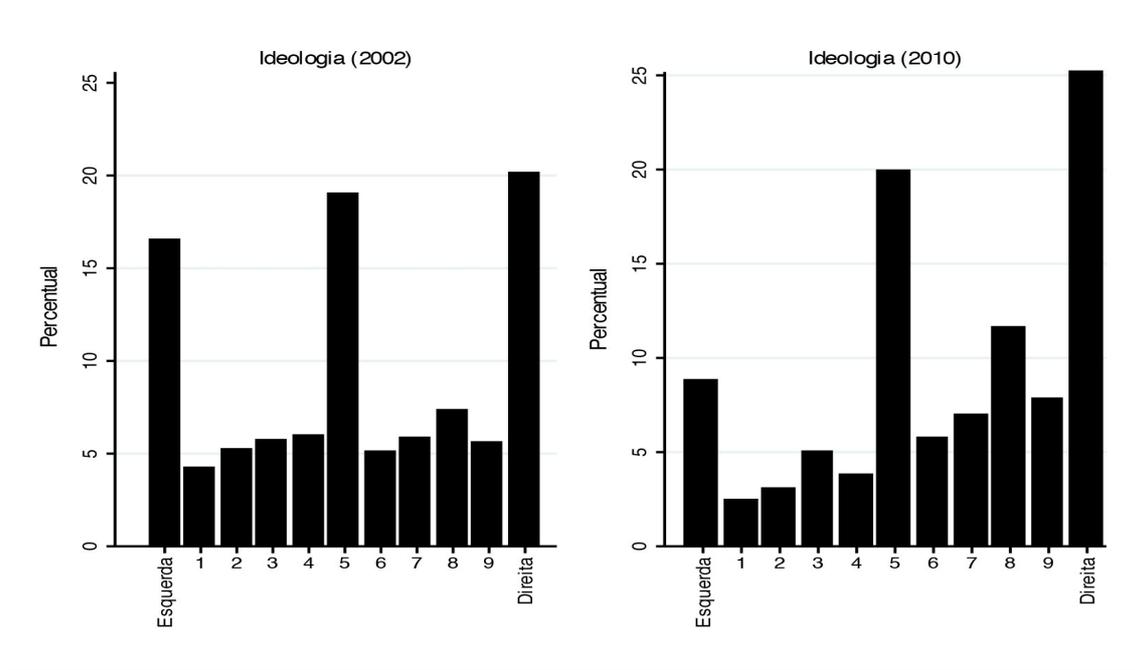
3 - Avaliações empíricas do papel da ideologia no eleitorado brasileiro

3.1 - A capacidade de o eleitor brasileiro declarar sua ideologia

Antes de especificamente avaliar a capacidade de o eleitor se posicionar ideologicamente, vejamos como ele tem se declarado ao longo dos anos, se à esquerda ou à direita do espectro ideológico. Os Gráficos 1 e 2 demonstram que, majoritariamente, o brasileiro se coloca do centro à direita.

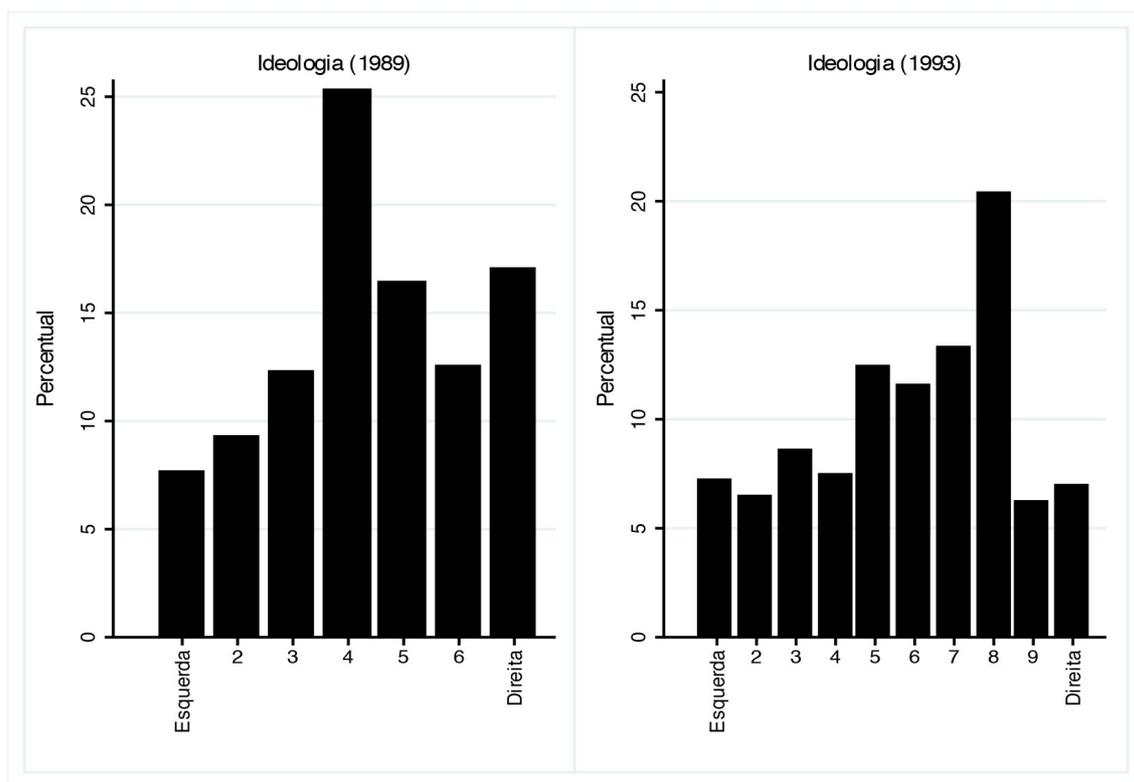
Inclusive, de 2002 a 2010 aumentaram-se os posicionamentos do ponto do meio e da direita, mesmo tendo Lula da Silva, considerado o maior ícone da esquerda do Brasil, governando o país neste período. Pode-se atribuir tal constatação ao senso comum de que esquerda é contra o governo e direita é a favor. Lula foi sempre muito popular, exceto em alguns momentos de denúncias de corrupção contra seu governo (será mais bem discutido adiante).

Gráfico 1 - **Ideologia** - ESEB 2002 E 2010



Em 1989 (Gráfico 2), a maioria do eleitorado brasileiro se colocava como de centro, com menos posicionamentos do lado esquerdo do espectro e grande parte na direita. Esta tendência é a mesma em 1993, mas os extremos nesse ano são parecidos.

Gráfico 2 - **Ideologia** - Cultura Política 1989 e 1993



Visto os pontos escolhidos pelo eleitor brasileiro na escala ideológica, passa-se, agora, à análise da capacidade que ele tem de se posicionar ideologicamente. Com esse objetivo, a estratégia aplicada nesta pesquisa baseia-se em três operacionalizações para a variável dependente *posicionamento ideológico*, executadas a partir da variável dependente dicotômica *Sabe* ou *Não Sabe*.

Num primeiro momento, levou-se em conta todos os pontos da escala esquerda/direita como *Sabe* (de zero a 10)²⁸. Depois, restringe-se um pouco mais, tendo todos como *Sabe*, exceto o ponto do meio (5). Por fim, todos os números tradicionalmente atribuídos ao centro (4, 5 e 6) foram reputados *Não Sabe*.

Os achados puramente descritivos da primeira operacionalização, como demonstra o Gráfico 3, revelam que em 2002 cerca de 75% do eleitorado soube se posicionar. Quanto a 2010, o índice cai para 55%, uma queda de 20%. Na comparação com 1989 (Gráfico 4), vê-se que a porcentagem de posicionamentos é praticamente a mesma de 2002, ou seja, 76%. Em 1993 (Gráfico 4), 93% souberam se posicionar, algo completamente fora do compasso e que será discutido a seguir.

28 Na Cultura Política de 1989 a escala vai de 1 a 7, sendo 4 o ponto do meio e 3, 4 e 5 os comumente atribuídos ao centro. Na de 1993, a escala vai de 1 a 10, com o 5 e 6 sendo ponto do meio e 4, 5, 6 e 7 de centro.

Como se espera, na segunda operacionalização, desconsiderando o ponto do meio (5), os percentuais caem para 61% e 44% em 2002 e 2010, respectivamente. O quadro para 1989 mostra uma queda ainda maior, tomando 2002 como parâmetro, mas se iguala a 2010, com o total de posicionamentos em 44%. Em 1993, o resultado fica em 71%, ainda muito alto.

Por fim, na terceira operacionalização, quando nenhuma posição tradicionalmente associada ao centro é estabelecida como *Sabe*, os índices diminuem ainda mais, para respectivos 53% e 39% em 2002 e 2010. Esta é a mesma situação de 1989, com 35% do eleitorado sabendo se posicionar ideologicamente. O percentual de 1993 fica em 52%, no mesmo patamar de 2002.

Gráfico 3 - Capacidade de se posicionar ideologicamente - ESEB 2002 e 2010

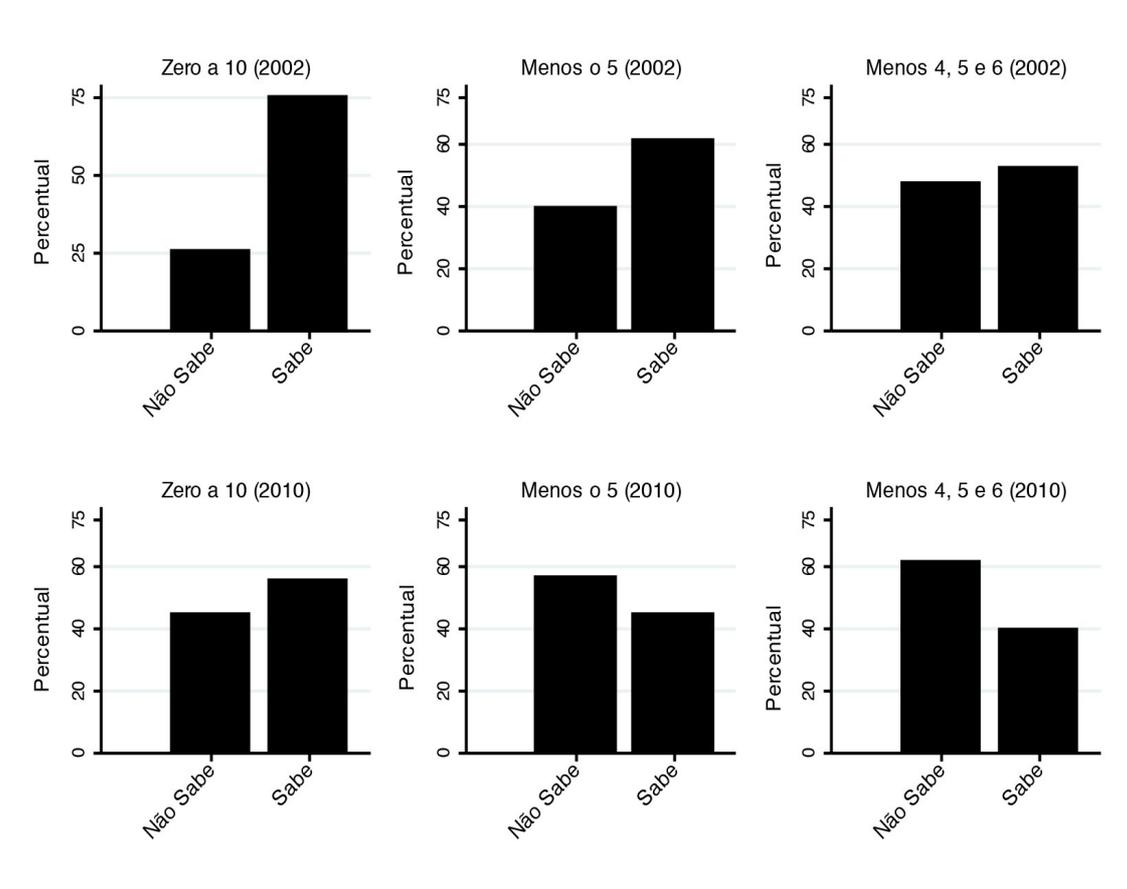
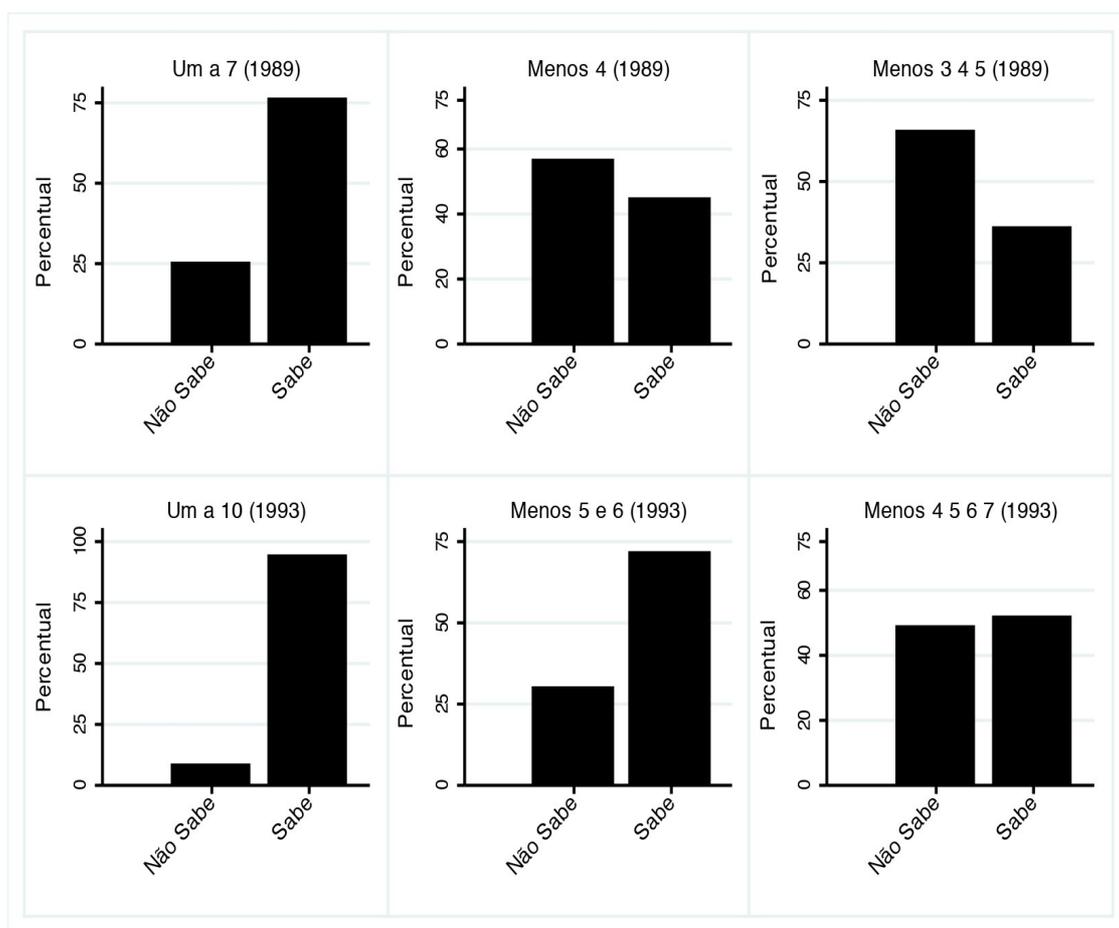


Gráfico 4 - Capacidade de se posicionar ideologicamente - Cultura Política 1989



A primeira leitura dos resultados descritivos dos gráficos 3 e 4 é a de que de 1989 a 2010 o percentual de eleitores que souberam se posicionar diminuiu consideravelmente em todas as operacionalizações feitas aqui. Era de se esperar quedas importantes nas porcentagens, principalmente da primeira operacionalização à segunda e mais ainda à terceira. Porém, no cenário mais favorável, com todos os pontos considerados *Sabe*, em pouco mais de 20 anos o índice caiu 19%.

Da mesma forma, é interessante notar ainda que de 1989 a 2002 o percentual de posicionamentos se manteve o mesmo. Surpreendentemente, quando se compara 2002 a 2010, a redução é de 20% em 8 anos. André Singer (2012) e Samuels (2008) atribuem, de maneiras diferentes, essa redução no posicionamento ideológico do eleitor brasileiro à ascensão de Lula e do PT à presidência da República, como discutido no capítulo teórico. A queda abrupta na atitude de o eleitor se posicionar ideologicamente, especialmente após a vitória eleitoral de Lula, é intrigante.

Outro ponto favorável à tese do “fator-Lula” podem ser os próprios índices de posicionamento de 1989, 1993 e 2002. Em ambos, Lula era o principal nome da oposição, constantemente vinculado - e autoproclamando-se - da esquerda. Como já mencionado neste estudo, a literatura tem atribuído a condução do debate ideológico ao espectro esquerdista.

Os políticos de esquerda apresentam suas propostas, críticas, programas e os da direita reagem. Isto inflamaria a dualidade ideológica. Lula, na oposição, fazia competentemente o papel de instigador. Por ser assim, lembrando a noção popular de que esquerda é quem está contra o governo e direita quem é a favor, podem estar aí as razões para os altos percentuais de posicionamento ideológico nesses anos.

Especificamente para 1993, cujas porcentagens de posicionamento ideológico são muito altas nas três operacionalizações, pode haver duas explicações. A primeira talvez seja metodológica, pois a escala de 10 pontos é considerada não adequada para esse propósito (Kroh, 2007). Essa escala força o respondente a se posicionar na esquerda ou na direita, pois não oferece um ponto do meio, como acontece com a de 11 pontos (p. 208). A escala de 7 de pontos é similar à de 11, porque também dispõe do ponto do meio.

Por outro lado, a realidade político/eleitoral do período, o “fator-Lula”, da mesma forma, pode ser a causa do altíssimo posicionamento ideológico de 1993. Viviam-se as disputas pré-1994, com Fernando Henrique Cardoso como candidato do governo e Lula, mais uma vez, como principal nome da oposição. O Brasil experimentava mudanças profundas com a nova política econômica e FHC era positivamente vinculado àquelas transformações.

Lula, por seu lado, representava a ameaça à estabilidade que se desenhava. O antagonismo ideológico estava a todo vapor. Tal desenho institucional formaria, a princípio, o cenário perfeito para o eleitor se posicionar considerando Lula ícone da esquerda e FHC da direita, claro, com base na ideia de que esquerda é contra o governo e direita é a favor. É possível mesmo que Lula tenha sido o fiel da balança para o posicionamento tanto antes quanto depois de chegar ao poder. Mas, como esta pesquisa não se propôs a tratar esse acontecimento, ficam as evidências para futuros estudos.

Voltando, então, precisamente à proposta elaborada neste trabalho, os dados retratam alto índice de posicionamentos no centro e, como discutido anteriormente, essa atitude tende a ser uma “fuga”, uma não-opinião. Assim como Converse e Pierce (1986) concluíram para o eleitorado francês, o eleitor brasileiro propende a se colocar

no meio para evitar demonstrar não entender do assunto. Ele não conhece as diferenças político/ideológicas, mas não quer deixar de responder. Vê-se nos Gráficos 1 e 2, por sinal, que o brasileiro majoritariamente se posiciona do centro para a direita. Em 1989 a maioria se colocou no ponto do meio.

Esses resultados sugerem a possibilidade de que, de fato, o ponto do meio (ou os de centro) seja mesmo uma maneira de burlar a questão do posicionamento ideológico, não sendo a real opinião latente do entrevistado. A situação político/partidária brasileira fortalece essa conclusão, pois não há disputas ideológicas sistemáticas entre partidos políticos que sejam capazes de informar e contagiar a massa.

Os enfrentamentos partidários nos pleitos não se pautam em temas políticos complexos, mas em necessidades imediatas do eleitor, fora a preponderância de candidatos em detrimento dos partidos. A fragmentação dos partidos, as coligações, muitas vezes sem sentido do ponto de vista dos programas partidários, e o próprio sistema eleitoral, completam o quadro institucional confuso.

Achados como os de Matsubayashi e Turgeon (2012) detectaram que os eleitores tendem a replicar o cenário político/institucional do seu país. Assim como eles, Corral e Zechemeister (2013) explicam que fatores contextuais importam para o posicionamento ideológico.

Portanto, ao olhar em detalhes o palco institucional e histórico da política brasileira, mais os altos percentuais de eleitores se colocando no meio, é concebível entender esse posicionamento como uma não-opinião. Da mesma forma, os outros posicionamentos podem ser desvinculados dos significados tradicionais das ideologias esquerda e direita. Sobre o ponto do meio, para finalizar este tópico, trata-se de bom tema para estudos metodológicos futuros.

3.2 - A sofisticação política e suas influências sobre a capacidade de se posicionar ideologicamente

Feitas as descrições dos percentuais de eleitores brasileiros que se posicionaram ideologicamente, agora, com base na teoria da sofisticação política (Luskin, 1990), passa-se a análise dos fatores capazes de determinarem essa atitude. Testam-se as hipóteses de que quanto *mais interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais oportunidade de se informar sobre política* o eleitor tiver, *maior* será a sua capacidade de se posicionar ideologicamente.

Os bancos de dados utilizados neste ponto são o ESEB 2002 e a Cultura Política de 1989, por causa da semelhança das variáveis e da escala de posicionamento ideológico. É importante destacar que nesta parte do estudo, apenas a escala com todos os números é utilizada (zero a 10 para ESEB e Um a 7 para Cultura Política).

Os testes são feitos com base nas regressões *probit*, com os coeficientes estimados pelo Máximo de Verossimilhança. Para verificar a qualidade de ajustamento do modelo empírico, são utilizados os indicadores Pseudo R^2 e $\text{Prob} > \text{Chi}^2$. O primeiro assume apenas valores no intervalo [0, 1]. Um valor do Pseudo R^2 próximo de zero sugere má especificação da modelagem. No caso do $\text{Prob} > \text{Chi}^2$, os valores próximos de zero, aqui ao nível de significância de 5%, indicam que pode-se rejeitar a hipótese nula de que todos os coeficientes sejam conjuntamente iguais a zero.

Como demonstra a Tabela I, a variável *interesse por política* em 2002 gera efeito positivo e significativo sobre a probabilidade de o eleitor se posicionar ideologicamente. Para 1989, o efeito também é positivo, porém não tão intenso quanto em 2002. Talvez pelo fator histórico, ou seja, a primeira eleição democrática depois de duas décadas de ditadura. Pode ser que o eleitor brasileiro em 1989 ainda tivesse algum ranço, medo de externar-se interessado por temas políticos.

Nos dois períodos, a *capacidade cognitiva* foi a variável com maior efeito positivo sobre a probabilidade de o eleitor se posicionar ideologicamente. Portanto, como nos estudos de Singer (2002) e Carreirão (2007), na mesma tendência de outros trabalhos, por exemplo, (Inglehart e Klingemann 1976), quanto maior a escolaridade (nesta pesquisa, como *proxy* para capacidade cognitiva), maior é a chance de o indivíduo se posicionar.

Para *oportunidade de se informar sobre política*, os resultados de 2002 apontam efeito positivo importante sobre a probabilidade de o eleitor se posicionar ideologicamente, quase no mesmo nível da variável interesse por política. Já para 1989, há um efeito positivo, contudo, não é tão forte quanto em 2002. A causa deve ser, como dito antes, o provável temor do indivíduo daquela época aos temas políticos.

Visto os resultados, é bom frisar que os sinais das variáveis indicadoras da sofisticação política são exatamente como previsto na discussão teórica estabelecida.

Das variáveis de controle, em 2002 a *idade* do eleitor gerava um pequeno efeito positivo sobre a probabilidade de se posicionar, mas não se trata de algo tão relevante. O contrário ocorre em 1989, quando a idade ocasionou um efeito negativo importante na probabilidade.

Para a variável *sexo*, o efeito é negativo nos dois períodos, assim como *renda* em relação a 1989, mas é pouco significativo. Em 2002, a variável renda apresenta um pequeno efeito positivo sobre a probabilidade de o eleitor se posicionar ideologicamente, mas praticamente irrelevante.

Tabela I - Sofisticação política e a capacidade de se posicionar ideologicamente

ESEB 2002		=====	Cultura Política 1989	
Variável	Coefficiente (Erro Padrão)	==	Variável	Coefficiente (Erro Padrão)
Interesse por política	0,5* (0,11)		Interesse por política	0,21* (0,06)
Capacidade Cognitiva	0,6* (0,17)		Capacidade Cognitiva	0,6* (0,12)
Oportunidade	0,4* (0,08)		Oportunidade	0,13* (0,04)
Idade	0,01* (0,003)		Idade	- 0,17* (0,03)
Sexo	- 0,4* (0,1)		Sexo	- 0,3* (0,06)*
Renda	0,003* (0,0001)		Renda	- 0,03* (0,02)
Constante	0,33* (0,24)		Constante	1,4* (0,17)
N	2514		N	2083
Prob > Chi ²	0.0000		Prob > Chi ²	0.0518
Pseudo R ²	0.1661		Pseudo R ²	0.0518

*P < 0,05

Apesar de os sinais dos coeficientes das variáveis da sofisticação política serem positivos, como previsto teoricamente, são limitadas as interpretações desses coeficientes nas regressões *probit*. A avaliação individual da regressão possibilita interpretar apenas se o efeito de determinada variável independente é positivo ou negativo (Wooldridge, 2007). Um coeficiente positivo significa que um aumento num determinado preditor leva a um aumento na probabilidade prevista e um negativo leva à redução na probabilidade prevista.

Por consequência, para avaliar o impacto das variáveis independentes de interesse, é necessário calcular as mudanças na probabilidade de *saber* se posicionar, dadas as mudanças nessas variáveis independentes de interesse. Neste estudo, os valores dessas variáveis (*interesse por política, capacidade cognitiva e oportunidade*) são fixados em suas ocorrências mínimas e máximas, olhando a diferença entre eles, com os outros fatores em suas respectivas médias. A Tabela II exhibe os resultados desta operacionalização.

Tabela II - Probabilidade de se posicionar ideologicamente

Variável	ESEB 2002			Cultura Política 1989		
	Mínimo (E. Padrão)	Máximo (E. Padrão)	Diferenças	Mínimo (E. Padrão)	Máximo (E. Padrão)	Diferenças
Interesse por Política	71% (.025)	85% (.016)	14%*	73% (.015)	79% (.012)	6%*
Capacidade Cognitiva	78% (.016)	91% (.026)	13%*	75% (.010)	89% (.022)	14%*
Oportunidade /Informar-se	64% (.039)	87% (.015)	23%*	71% (.012)	79% (.012)	8%*
N	2514			2083		

*P < 0,05

Os números retratados na Tabela II apontam que para 2002 é de 85% a probabilidade de o eleitor com **máximo** de *interesse por política* se posicionar ideologicamente. E é de 71% quando *não* tem interesse. Por isso mesmo, a chance de se posicionar aumenta em 14% quando o eleitor passa a ter interesse. Desse modo, os achados comprovam que, nesse caso, quanto mais interessado por política for o eleitor brasileiro, maior é a probabilidade dele se posicionar. Confirma-se a hipótese.

Da mesma forma, com **maior capacidade cognitiva**, é de aproximadamente 91% a probabilidade de o eleitor se posicionar ideologicamente. Com menor capacidade, é de 78%. Mesmo com alto percentual de posicionamentos entre os menos capacitados cognitivamente, há um acréscimo de 13% na perspectiva dele se posicionar quando passa a ter mais capacidade. Por esta razão, também está confirmada a hipótese de que quanto mais capacidade cognitiva o eleitor tiver, maior a probabilidade dele se posicionar.

Analisando a variável *oportunidade de se informar sobre política*, a probabilidade de os eleitores **mais** informados se posicionar ideologicamente é de 87%. Para os menos informados é de 64%. Em vista disso, a probabilidade daqueles menos informados aumenta em cerca de 23% quando passam a se informar mais sobre política.

Por ser assim, conclui-se que o acesso a informações é muito importante para o posicionamento ideológico. Quanto mais se informam, mais os eleitores se colocam na escala ideológica. Assim, conseqüentemente, está confirmada a hipótese também nesse caso.

Os resultados de 1989 (Tabela II) mostram que é de 79% a probabilidade de os eleitores brasileiros que **têm interesse por política** se posicionar ideologicamente e de 73% a probabilidade dos que **não** têm. Assim, a probabilidade daqueles que não têm *interesse por política* se posicionar aumenta em cerca de 6% quando passam a ter.

Logo, há efeito significativo da variável interesse por política sobre o posicionamento ideológico do eleitor. Está confirmada a hipótese de que quanto mais interessado for o eleitor, maior a probabilidade de se posicionar. Na comparação com 2002, vê-se o mesmo cenário em 1989, apenas com menos intensidade.

A probabilidade de o eleitor com **maior capacidade cognitiva** se posicionar ideologicamente era de 87%, enquanto para o de menor era de 75%. Então, há acréscimo de 12% na probabilidade de se posicionar quando o eleitor passa do menor ao maior nível de capacidade cognitiva. É bem expressivo o efeito positivo da variável capacidade cognitiva sobre o posicionamento ideológico. Por isso, pode-se confirmar a hipótese.

Em relação à *oportunidade de se informar sobre política*, é de 79% a probabilidade de o eleitor **mais** bem informado se posicionar ideologicamente e de 71% entre os **menos** informados. Desse modo, quando o eleitor passa se informar mais, aumenta em 8% a probabilidade dele se posicionar. É positivo o efeito da variável no posicionamento ideológico. Confirma-se a hipótese.

Os achados para os dois períodos verificados, desse modo, corroboram a influência da sofisticação política sobre a capacidade de o eleitor se posicionar ideologicamente. Mesmo havendo alto índice de posicionamentos entre aqueles com os menores níveis de interesse por política, capacidade cognitiva e oportunidade de se informar sobre política, é bem relevante o papel dessas variáveis no aumento da probabilidade de o eleitor se posicionar.

Porém, como discutido no tópico anterior, é provável que essa atitude não signifique a externalização coerente do que seriam os preceitos esquerdistas e direitistas. Exatamente para ampliar essa discussão, a tarefa do próximo tópico é a de verificar se a ideologia restringe o eleitor nas suas preferências por políticas públicas. Um indivíduo que se diz de esquerda, por exemplo, apoiaria a desapropriação de terras pelo Estado, como se espera? O que se declara de direita seria contrário a esse tipo de política?

3.3 O nível de constrição gerado pela ideologia sobre as preferências políticas

Nesta parte da análise, apenas o banco de dados do ESEB 2002 é utilizado, por ser o único a possuir todas as variáveis compatíveis ao modelo proposto neste estudo. Aqui os testes são feitos com base nas regressões *probit* e *ordered probit* com os coeficientes estimados pelo Máximo de Verossimilhança.

A regressão *probit* se aplica à variável dependente *desapropriação de terras*, por ser dicotômica, e a *ordered probit* à *investimento do Estado em infraestrutura* (Estradas, Energia Elétrica, Telefonia Fixa e Telefonia Móvel), por serem qualitativas ordinais. Ambas são *proxy* para *preferência por políticas públicas*. Deve-se mencionar que a variável explicativa *ideologia* é operacionalizada considerando-se todos os pontos da escala de posicionamento ideológico, ou seja, de zero a 10.

Tabela III - **Preferências Políticas** - ESEB 2002

Desap. de Terras = Estradas = Energia E. = Tel. Fixo = Tel. Móvel									
Variável	Coef. (E. P.)	Variável	Coef. (E. P.)	Variável	Coef. (E.P.)	Variável	Coef. (E.P.)	Variável	Coef. (E.P.)
Ideologia	0,04* (0,01)	Ideologia	0,0006* (0,13)	Ideologia	0,006* (0,01)	Ideologia	- 0,009* (0,01)	Ideologia	- 0,02* (0,01)
Idade	- 0,007* (0,003)	Idade	- 0,003* (0,003)	Idade	- 0,001* (0,003)	Idade	- 0,009* (0,003)	Idade	- 0,01* (0,003)
Sexo	0,24* (0,09)	Sexo	- 0,08* (0,9)	Sexo	- 0,06* (0,09)	Sexo	0,11* (0,09)	Sexo	0,12* (0,08)
Renda	- 0,00002* (0,00004)	Renda	0,0001* (0,00003)	Renda	0,00004* (0,00003)	Renda	0,0001* (0,00003)	Renda	0,0001* (0,00003)
Const.	- 0,39* (0,19)	Cut1	0,36* (0,19)	Cut1	0,52* (0,2)	Cut1	- 0,17* (0,18)	Cut1	- 0,98* (0,19)
		Cut2	0,78* (0,19)	Cut2	0,84* (0,2)	Cut2	0,09* (0,18)	Cut2	- 0,71* (0,19)
N	2514	N	2514	N	2514	N	2514	N	2514
Prob > Chi ²	0.0000	Prob > Chi ²	0.0000	Prob > Chi ²	0.7047	Prob > Chi ²	0.0002	Prob > Chi ²	0.0000
Pseudo R ²	0.0230	Pseudo R ²	0.0174	Pseudo R ²	0.0016	Pseudo R ²	0.0136	Pseudo R ²	0.0257

*P < 0,05

Como previsto nos debates teóricos, ideologia gera efeito positivo praticamente insignificante sobre a variável *desapropriação de terras* e, do mesmo modo, efeito positivo sobre ser favorável ao Estado administrar estradas e o fornecimento de energia elétrica. Para o caso da telefonia fixa e móvel, há um efeito negativo irrelevante.

As variáveis de controle, da mesma forma, não apresentam efeitos significativos sobre as variáveis para preferências políticas. *Idade* demonstra um efeito negativo muito pequeno em todos os casos. *Sexo* apresenta pequeno efeito positivo tanto para desapropriação de terras quanto para a administração estatal dos serviços de telefonia fixa e móvel. Em relação ao Estado administrar estradas e energia elétrica, há um insignificante efeito negativo. O nível de *renda* promove desprezíveis efeitos negativo e positivo sobre desapropriação de terras e sobre as variáveis de infraestrutura, respectivamente.

Conquanto, assim como detalhado no tópico anterior, devido às limitações de interpretação dos coeficientes apenas pela regressão, serão feitas modificações nas probabilidades das variáveis de interesse, para avaliar seus impactos sobre as variáveis para preferências políticas. Os valores das variáveis de interesse são fixados em suas ocorrências mínimas e máximas, focando a diferença entre eles, com os outros fatores em suas respectivas médias.

Como mostra a Tabela IV, a probabilidade de apoiar a *desapropriação de terras* aumenta em cerca de 18% entre os eleitores de *extrema esquerda* na comparação aos eleitores de *extrema direita*. Isoladamente, a probabilidade de apoiar a desapropriação entre a *extrema esquerda* é de 37%, enquanto entre os de *extrema direita* é de 55%.

Há uma incongruência nesse acontecimento, pois o esperado em relação à desapropriação de terras é rigorosamente o inverso entre os dois extremos. Conforme os preceitos tradicionais das ideologias, falando de maneira geral, a esquerda é adepta à distribuição de terras e a direita não.

Consequentemente, os achados evidenciam que a *ideologia* não tem muita importância para a defesa da desapropriação de terras pelo Estado. Afinal, só passando da extrema esquerda à extrema direita o eleitor poderá apoiar mais a reforma agrária, o que não faz sentido algum examinando-se as bandeiras históricas esquerdistas e direitistas.

Tabela IV - **Ideologia e Preferências Políticas** - ESEB 2002

Variável	Coefficiente	Diferença
Desapropriação de terras	Extrema Esquerda - 37% (0,29)	18%*
	Extrema Direita - 55% (0,31)	
Estradas	Extrema Esquerda - 69% (0,28)	1%
	Extrema Direita - 68% (0,22)	
Energia Elétrica	Extrema Esquerda - 73% (0,26)	2%
	Extrema Direita - 71% (0,23)	
Telefone fixo	Extrema Esquerda - 48% (0,30)	4%
	Extrema Direita - 52% (0,30)	
Telefone celular	Extrema Esquerda - 25% (0,25)	10%*
	Extrema Direita - 35% (0,29)	

N = 2514

*P > 0,05

Quanto às variáveis para *investimento em infraestrutura*, diminui em 1% a probabilidade de o eleitor da extrema esquerda apoiar a administração estatal das estradas e rodovias, comparado ao da *extrema direita*. Na extrema esquerda, a probabilidade de apoiar é de 69% e na extrema direita é de 68%. Quanto à energia elétrica, a redução é de 2% e para telefonia fixa a um aumento de 4% na probabilidade de o eleitor da extrema esquerda ser favorável ao Estado cuidar do serviço, na comparação ao da extrema direita. São sinalizações também desconexas ao tradicionalmente vinculado à esquerda ou à direita.

Contudo, os resultados para essas três variáveis de infraestrutura não são significativos estatisticamente. Não se pode dizer que a *ideologia* influi ou não na probabilidade de o eleitor ser favorável ou não a ação estatal nesses setores.

Quando o assunto é o controle do Estado no ramo da telefonia móvel, aumenta em 10% a probabilidade de o eleitor da extrema esquerda apoiar a atuação estatal, comparado ao da extrema direita. De forma isolada, é de 25% a probabilidade de o eleitor da extrema esquerda ser favorável e de 35% para o da extrema direita. É uma

atitude completamente deslocada, afinal, só caminhando para direita, apoia-se o Estado.

De acordo com os princípios tradicionais das ideologias de esquerda ou direita, é de se esperar que o esquerdista seja mais favorável às ações estatais e o direitista a favor da iniciativa privada. Segundo a teoria da *construção* (Converse, 1964), ideologia deve influir sobre as preferências políticas das pessoas. No entanto, os dados sobre os eleitores brasileiros demonstram que as ideologias não os constriem nas suas predileções políticas. Os percentuais deixam claro que para 2002 o posicionamento ideológico não implica em preferência política condizente com o esperado.

Apesar de os testes para esta hipótese se restringirem aos dados de 2002, os achados são sugestivos de uma realidade bem provável para o eleitorado brasileiro como um todo. As diferenças socioeconômicas, o quadro político/institucional extremamente fragmentado e confuso, praticamente incompreensível à massa, são evidências que fortalecem essa conclusão.

3.4 - A sofisticação política na interação com ideologia e seus efeitos sobre preferências políticas

Com base nas condições esperadas para a sofisticação política, o propósito aqui é testar a *construção* ideológica entre os eleitores mais interessados por política, com maior capacidade cognitiva e mais oportunidades de se informar sobre política. Em outras palavras, procura-se detectar a probabilidade de a ideologia daqueles mais interessados, mais capazes e mais bem informados restringi-los no apoio ou não a certas políticas.

Os testes nesta operacionalização também são feitos com base nas regressões *probit* e *ordered probit*, com os coeficientes estimados pelo Máximo de Verossimilhança. O primeiro caso se aplica à variável dependente *desapropriação de terras*, por ser dicotômica, e o segundo às variáveis para *investimento em infraestrutura*, por serem qualitativas ordinais. Ambas são *proxy* para *preferência por políticas públicas*. A variável *ideologia* é operacionalizada considerando-se todos os pontos da escala de posicionamento ideológico, ou seja, de zero a 10.

Segundo os resultados expressos na Tabela V, ideologia apresenta um pequeno efeito positivo sobre *desapropriação de terras* e um desprezível efeito negativo sobre todas as variáveis para *investimento em infraestrutura*. Não são influências relevantes, conforme previsto na discussão teórica.

A variável interesse por política ocasiona um pequeno efeito negativo sobre desapropriação de terras e sobre quase todas as variáveis para investimento em infraestrutura, exceto para telefonia fixa, cujo efeito negativo é bem significativo. Essa direção do sinais é completamente diferente do que prevê a teoria da sofisticação política. Como diz Luskin (1990), supõe-se que quanto mais interessado, mais conhecedor das questões políticas o indivíduo será. Por assim dizer, o previsto seria a variável interesse por política implicar em efeitos positivos na aprovação ou não à desapropriação de terras ou ao investimento em infraestrutura pelo Estado.

No que concerne à capacidade cognitiva, há um leve efeito negativo no apoio, ou não, à desapropriação de terras pelo Estado. Esse efeito negativo é, da mesma forma, inesperado, olhando-se os pressupostos da sofisticação política. Contudo, em referência às variáveis para investimento em infraestrutura, o sinal do coeficiente é exatamente como esperado, quer dizer, capacidade cognitiva produz significativo efeito

positivo na aprovação, ou não, à iniciativa estatal na infraestrutura do país.

Já a variável oportunidade de se informar sobre política exerce significativo efeito negativo sobre ser favorável, ou não, à desapropriação de terras. Portanto, uma sinalização contrária ao esperado. É a mesma direção quando o tema é o investimento em infraestrutura, especificamente em estradas, energia elétrica e telefonia fixa. Diferentemente ocorre com respeito à ação, ou não, do Estado no setor de telefonia móvel: há um relevante efeito positivo da variável oportunidade. Quanto mais informado, mais chance aprovar, ou não, a iniciativa estatal neste ramo, como se espera.

Das variáveis de controle, idade gera efeitos negativos ínfimos sobre ambas políticas públicas. Sexo tem efeito positivo relevante sobre desapropriação de terras e um efeito negativo importante sobre o investimento estatal em estradas e rodovias, um negativo pouco menor para energia elétrica e um positivo muito pequeno sobre o serviço de telefonia fixa e móvel. Quanto à renda, para desapropriação de terras, o efeito gerado é positivo, mas irrelevante, e negativo insignificante para todas as variáveis de infraestrutura.

Prosseguindo na análise dos coeficientes da Tabela V, agora na parte da interação entre ideologia e as variáveis da sofisticação política, veem-se os resultados a seguir.

Nota-se que a relação ideologia/interesse por política gera um pequeno efeito positivo sobre o apoio à desapropriação de terras, o que está de acordo com a teoria, apesar da pouca intensidade. No tocante às variáveis para infraestrutura, o efeito é negativo e muito pequeno sobre a gestão ou não do estado em estradas e rodovias e positivo para energia elétrica, telefonia fixa e móvel. Portanto, os sinais são como previsto na discussão teórica para essas três últimas variáveis também.

Para a interação ideologia/capacidade cognitiva, há insignificantes efeitos negativos no favorecimento a ambas políticas públicas. Totalmente contrário ao previsto teoricamente.

Finalizando esta parte da análise, a interação ideologia/oportunidade de se informar sobre política gera um pequeno efeito negativo sobre desapropriação de terras, contrariamente ao prognosticado pelas teorias da sofisticação política (Luskin, *idem*) e da constrição (Converse, 1964). Divergentemente, para as variáveis referentes à atuação, ou não, do Estado na área de infraestrutura, o efeito é o esperado pelos pressupostos teóricos; é positivo.

Tabela V - Ideologia/Sofisticação e Preferências Políticas

Desap. de Terras = Estradas = Energia E. = Tel. Fixo = Tel. Móvel									
Variável	Coef. (E. P.)	Variável	Coef. (E. P.)	Variável	Coef. (E.P.)	Variável	Coef. (E.P.)	Variável	Coef. (E.P.)
Ideol.	0,04* (0,03)	Ideol.	- 0,03* (0,03)	Ideol.	- 0,08* (0,03)	Ideol.	- 0,07* (0,03)	Ideol.	- 0,06* (0,3)
Int. Pol	- 0,5* (0,19)	Int. Pol	0,04* (0,2)	Int. Pol	- 0,23* (0,2)	Int. Pol	- 0,17* (0,18)	Int. Pol	- 0,05* (0,19)
Cap. C.	- 0,09* (0,19)	Cap. C.	0,6* (0,19)	Cap. C.	0,19* (0,2)	Cap. C.	0,38* (0,18)	Cap. C.	0,22* (0,19)
Opor.	0,16* (0,13)	Opor.	0,09* (0,14)	Opor.	- 0,22* (0,14)	Opor.	- 0,22* (0,13)	Opor.	- 0,05* (0,14)
Idade	- 0,008* (0,003)	Idade	- 0,001* (0,003)	Idade	- 0,00006* (0,003)	Idade	- 0,009* (0,003)	Idade	- 0,01* (0,003)
Sexo	0,27* (0,09)	Sexo	- 0,2* (0,09)	Sexo	- 0,09* (0,1)	Sexo	0,05* (0,09)	Sexo	0,08* (0,09)
Renda	0,02* (0,00003)	Renda	0,00007* (0,00003)	Renda	0,00001* (0,00003)	Renda	0,00007* (0,00003)	Renda	0,00008* (0,00004)
Int. Ideo. Int.	0,05* (0,03)	Int. Ideo. Int.	- 0,01* (0,003)	Int. Ideo. Int.	0,03* (0,03)	Int. Ideo. Int.	0,02* (0,3)	Int. Ideo. Int.	0,2* (0,31)
Int. Ideo. Cap. C.	- 0,004* (0,03)	Int. Ideo. Cap. C.	- 0,008* (0,003)	Int. Ideo. Cap. C.	- 0,009* (0,03)	Int. Ideo. Cap. C.	- 0,02* (0,32)	Int. Ideo. Cap. C.	- 0,002* (0,34)
Int. Ideo. Opor.	- 0,03* (0,02)	Int. Ideo. Opor.	0,03* (0,24)	Int. Ideo. Opor.	0,05* (0,02)	Int. Ideo. Opor.	0,04* (0,22)	Int. Ideo. Opor.	0,01* (0,02)
Const.	- 0,22* (0,29)	Cut1	0,31* (0,29)	Cut1	0,04* (0,29)	Cut1	- 0,62* (0,27)	Cut1	- 1,07* (0,29)
		Cut2	0,74* (0,29)	Cut2	0,36* (0,29)	Cut2	- 0,35* (0,27)	Cut2	- 0,81* (0,28)
N	2514	N	2514	N	2514	N	2514	N	2514
Prob > Chi²	0.0000	Prob > Chi²	0.0000	Prob > Chi²	0.2115	Prob > Chi²	0.0001	Prob > Chi²	0.0000
Pseudo R²	0.0324	Pseudo R²	0.0384	Pseudo R²	0.0100	Pseudo R²	0.0225	Pseudo R²	0.0296

*P < 0,05

Seguindo a análise dos coeficientes da Tabela V, nota-se que a interação entre ideologia e interesse por política gera um pequeno efeito positivo sobre o apoio à desapropriação de terras e um efeito positivo irrelevante sobre investimento em infraestrutura. Portanto, os sinais são como previsto na discussão teórica, mas não são efeitos tão significativos.

Para a interação ideologia e capacidade cognitiva, há insignificantes efeitos negativos no favorecimento a ambas políticas públicas. A interação ideologia e oportunidade de se informar sobre política gera um pequeno efeito negativo sobre desapropriação de terras, assim como sobre investimento em infraestrutura.

Por conseguinte, lembrando que são limitadas as possibilidades de interpretação dos coeficientes apenas pela regressão, serão calculadas mudanças nas probabilidades das variáveis independentes de interesse. Os valores dessas variáveis, nesse caso, são fixados em suas ocorrências mínimas e máximas, focando, desta vez, a diferença da diferença dos resultados de cada variável, com os outros fatores em suas respectivas médias, como mostram as Tabela VI e VII.

Tabela VI - Probabilidades interação Ideologia/Sofisticação e Pref. Políticas Desapropriação de Terras

Variável	Coeficiente		Diferença
Mínimo Interesse	Extrema Esquerda	55% (0,07)	19%
	Extrema Direita	37% (0,7)	
Máximo Interesse	Extrema Esquerda	74% (0,08)	
	Extrema Direita	37% (0,7)	
Mínima Capacidade Cognitiva	Extrema Esquerda	40% (0,08)	0%
	Extrema Direita	59% (0,06)	
Máxima Capacidade Cognitiva	Extrema Esquerda	37% (0,1)	
	Extrema Direita	56% (0,14)	
Mínima Oportunidade de se informar	Extrema Esquerda	40% (0,08)	16%
	Extrema Direita	58% (0,08)	
Máxima Oportunidade de se informar	Extrema Esquerda	52% (0,07)	
	Extrema Direita	50% (0,07)	
N	2514		

Os percentuais exibidos na Tabela VI mostram que aumenta em 19% a probabilidade de um eleitor com o mínimo de interesse por política da extrema esquerda à extrema direita apoiar, ou não, a desapropriação de terras, quando comparado àquele com o máximo de interesse.

Contudo, os resultados não possuem significância estatística e, por isso, não se pode afirmar que a ideologia daquele mais interessado tem maior probabilidade de influir positivamente sobre sua atitude de aprovar, ou não, a desapropriação de terras. O que refuta, para esse assunto, a hipótese de que a relação entre ideologia e preferências por políticas públicas é maior quanto maior for o interesse por política.

No que tange à *capacidade cognitiva*, com o mínimo de capacidade da extrema esquerda à extrema direita, é nula a probabilidade de a ideologia do eleitor condicioná-lo no apoio, ou não, à desapropriação de terras, comparando-se ao que possui máxima capacidade.

Também não há significância estatística para esse caso. Logo, não se pode concluir que o nível de capacidade cognitiva do eleitor brasileiro aumenta a probabilidade de que sua ideologia o condicione a ser favorável, ou não, à desapropriação de terras. Não se confirma a hipótese.

Similarmente, tendo o eleitor o mínimo de *oportunidade de se informar* sobre política, comparado ao que tem máxima oportunidade, da extrema esquerda ao da extrema direita, é de 16% probabilidade de a ideologia influenciar no apoio, ou não, à desapropriação de terras.

Porém, como não há significância estatística, não se pode dizer que o acesso a informações sobre política aumenta a probabilidade de que a ideologia do eleitor influencie no seu apoio, ou não, a esta política pública. Não se sustenta a hipótese.

Por tais razões, para esta variável de preferências políticas, não é possível dizer que mais interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais oportunidades de se informar sobre política aumentam a probabilidade de que ideologia do eleitor condicione o seu apoio, ou não, à *desapropriação de terras*.

Quanto às variáveis para *investimento em infraestrutura*, a Tabela VII apresenta os resultados das mudanças de probabilidades nas interações entre as variáveis independentes ideologia e as características da sofisticação política.

É importante rememorar que as variáveis para infraestrutura são investimento em *estradas e rodovias*, energia elétrica, telefonia fixa e telefonia móvel. O entrevistado responde se prefere que o Estado ou a iniciativa privada administre esses setores da economia.

Tabela VI - Probabilidades: interação Ideologia/Sofisticação e Preferências Políticas
Investimento em Infraestrutura

Estradas		= Energia		= Telefonia Fixa		= Telefonia Celular					
Var.	Coef. (E.P.)	Dif. = Var.	Coef. (E.P.)	Dif. = Var.	Coef. (E.P.)	Dif. = Var.	Coef. (E.P.)	Dif.			
Mín. Int.	E. E. 67% (0,08)	6%	Mín. Int.	E. E. 53% (0,09)	11%	Mín. Int.	E. E. 34% (0,07)	8%	Mín. Int.	E. E. 23% (0,06)	5%
	E. D. 77% (0,05)			E. D. 83% (0,04)			E. D. 64% (0,06)			E. D. 43% (0,06)	
Máx. Int.	E. E. 65% (0,08)		Máx. Int.	E. E. 62% (0,09)		Máx. Int.	E. E. 40% (0,08)		Máx. Int.	E. E. 24% (0,07)	
	E. D. 81% (0,06)			E. D. 81% (0,05)			E. D. 62% (0,07)			E. D. 39% (0,07)	
Mín. Cap.	E. E. 70% (0,07)	22%	Mín. Cap.	E. E. 55% (0,08)	9%	Mín. Cap.	E. E. 36% (0,07)	18%	Mín. Cap.	E. E. 23% (0,06)	8%
	E. D. 80% (0,04)			E. D. 84% (0,04)			E. D. 66% (0,06)			E. D. 43% (0,06)	
Máx. Cap.	E. E. 49% (0,1)		Máx. Cap.	E. E. 47% (0,11)		Máx. Cap.	E. E. 23% (0,08)		Máx. Cap.	E. E. 17% (0,06)	
	E. D. 81% (0,09)			E. D. 85% (0,08)			E. D. 71% (0,11)			E. D. 45% (0,13)	
Mín. Opo.	E. E. 72% (0,07)	3%	Mín. Opo.	E. E. 57% (0,08)	27%	Mín. Opo.	E. E. 35% (0,07)	29%	Mín. Opo.	E. E. 23% (0,06)	9%
	E. D. 81% (0,06)			E. D. 86% (0,05)			E. D. 65% (0,07)			E. D. 43% (0,08)	
Máx. Opo.	E. E. 78% (0,06)		Máx. Opo.	E. E. 74% (0,06)		Máx. Opo.	E. E. 52% (0,06)		Máx. Opo.	E. E. 26% (0,05)	
	E. D. 66% (0,06)			E. D. 70% (0,06)			E. D. 53% (0,06)			E. D. 37% (0,06)	
N	2514										

Tendo o eleitor o mínimo de interesse por política da esquerda à direita, comparado ao que tem o máximo de interesse, é de 6% probabilidade de que a ideologia dele influencie na aprovação, ou não, à iniciativa estatal no setor de estradas e rodovias. Para investimento em energia, nesse mesmo cenário, a probabilidade é de 11%, para telefonia fixa é de 8% e para móvel de 5%.

Esses resultados não permitem concluir que mais interesse por política aumenta a constrição ideológica sobre preferências por políticas, pois não são significativos estatisticamente.

A probabilidade para eleitores com mínimo de capacidade cognitiva, da extrema esquerda à extrema direita, serem a favor, ou contrário, à atuação do Estado no ramo de estradas e rodovias aumenta em 22%, na comparação àqueles com o máximo de capacidade. No setor de energia, nas mesmas condições, a probabilidade aumenta em

9%, enquanto na telefonia fixa fica em 18% e em 8% na móvel.

Assim como antes, os números não propiciam a conclusão de que maior capacidade cognitiva aumenta a constrição ideológica sobre preferências por políticas, porque não são significativos estatisticamente.

Finalizando as análises para as variáveis de infraestrutura, o eleitor com o mínimo de oportunidade de se informar sobre política, da extrema esquerda à extrema direita, tem probabilidade de 3% de apoiar, ou não, a iniciativa estatal no setor de estradas e rodovias, comparado ao que possui o máximo de oportunidade. Do mesmo modo, é de 27% a probabilidade de ser favorável à atuação do Estado na área da energia elétrica, 29% para telefonia fixa e 9% para a móvel.

São percentuais importantes, mas não favorecem quaisquer conclusões pelo fato de não serem significativos estatisticamente.

É importante ressaltar que as teorias da sofisticação política (Luskin, 1990) e da constrição (Converse, 1964), preveem que eleitores mais sofisticados politicamente são mais coerentes do ponto de vista ideológico. Se são mais interessados, possuem maior capacidade cognitiva ou têm mais oportunidades de se informar sobre política, é mais provável que suas atitudes, predileções políticas, sejam condicionadas pela sua ideologia. No caso brasileiro, infelizmente, os dados avaliados nesta pesquisa não permitem melhores inferências.

4. Conclusões

As ideologias políticas foram o tema central desta pesquisa, com eixo principal em torno da competência do eleitorado brasileiro em se posicionar ideologicamente e na expectativa deste posicionamento restringir, moldar suas preferências políticas.

Os achados demonstram que o eleitorado *Não sabe se posicionar*, apesar de a maioria absoluta se colocar da esquerda à direita no espectro ideológico. Entretanto, tal posicionamento *Não* o leva a ser favorável ou contrário a políticas públicas tradicionalmente vinculadas ao universo esquerdista ou direitista, respectivamente. Na maioria absoluta das vezes, os que se autocolocam à direita apoiam iniciativas tradicionalmente atribuídas à esquerda, e *vice-versa*.

Os eleitores brasileiros, conforme mostram os gráficos 1 e 2, majoritariamente estão do centro à extrema direita. Contudo, ao opinar sobre políticas públicas, em quase todos os assuntos, são completamente desvinculados do que se atribuem às doutrinas direitistas.

Por exemplo, no caso da *desapropriação de terras* pelo Estado, segundo os números do ESEB 2002, cerca de 53% dos que se posicionaram na extrema direita se disseram a favor da desapropriação. Aqueles posicionados na extrema esquerda foram menos favoráveis, com 38% de probabilidade. É exatamente o inverso do esperado.

Uma possível explicação para o estranho acontecimento pode estar na própria condição socioeconômica da maioria dos brasileiros. O eleitorado do país se mostra amplamente conservador, mas extremamente dependente das ações do Estado. Lembrando que o senso comum enxerga a esquerda como algo contrário ao governo e a direita como favorável, logo, é bem provável que o eleitor se ponha à direita como um atalho cognitivo para estar ao lado do governante.

Olhando para a histórica dependência do eleitorado brasileiro das ações diretas do Estado, é possível inferir que a escolha de uma ideologia pode estar diretamente relacionada à expectativa de benefícios diretos. Se um determinado governo representa melhores perspectivas, conseqüentemente, os seus oponentes podem ser visto como ameaça aos possíveis ganhos. Por outro lado, caso o governo não mais atenda às ansiedades da massa, ela passa a ver saída nas propostas dos opositores. Desse modo, o

eleitor transita com desenvoltura entre um lado e outro do espectro. Não há consciência límpida do que significa ser de esquerda ou direita.

O caso recente da eleição de Lula da Silva para presidente pode representar um exemplo prático desse cenário. Como percebido neste estudo, enquanto ele esteve na oposição, quase 80% dos eleitores se posicionavam ideologicamente, majoritariamente do centro para a direita, provavelmente por temer a vitória de Lula, afinal, era opositor, de esquerda.

A ascensão dele ao cargo de presidente pode ter gerado certa dúvida no eleitorado acostumado a vê-lo sempre contra o governo, desde os últimos anos de ditadura militar. Em função disso, muitos pararam de declarar sua ideologia. De 2002 a 2010, houve queda de 20% no índice dos que se autoposicionavam ideologicamente. Apesar da redução, a maioria continua à direita, inclusive, mais que em 2002.

Segundo dados do início dos anos 1960, o percentual de eleitores daquele período que declaravam suas ideologias era similar aos detectados no final dos anos 1980 e início dos 1990. Até 2002, os números se mantiveram no mesmo patamar. E a mensuração do ESEB para 2010, final do mandato de Lula, mostrou essa grande redução. Esta constatação indica um bom caminho para futuros estudos sobre o “efeito-Lula” para o autoposicionamento ideológico no eleitorado brasileiro.

Fora isso, ao longo da história, é muito significativo o percentual de posicionamentos ao centro. Este pode ser, da mesma forma, indicativo de que, realmente, o eleitorado não sabe expressar sua ideologia. Possivelmente, essa não seja sua real opinião latente. Como Converse e Pierce (1986) inferiram para o caso dos eleitores franceses, os brasileiros também não possuem compreensão lúcida das rivalidades político/ideológicas. Preferem se autocolocar no meio, para não correr o risco de responder a algo que, de fato, não fazem a mínima ideia.

Está claro, porém, mesmo sendo a grande massa incoerente quando explicita suas ideologias, que os pré-requisitos associados à *sofisticação política* condicionam positivamente a iniciativa de o eleitor se dizer de esquerda ou de direita, nos extremos ou moderado. Os achados desta pesquisa mostram que quanto mais *interesse por política* o eleitor tiver, quanto *maior* for sua *capacidade cognitiva e mais oportunidade de se informar sobre política*, maior é a probabilidade dele se posicionar ideologicamente.

Entretanto, é importantíssimo destacar outro achado em relação ao papel da *sofisticação política* sobre as atitudes políticas do eleitor. Mesmo que tenha mais

interesse por política, maior capacidade cognitiva e mais oportunidades de se informar sobre política, no geral, essas características não significam aumento na probabilidade de que sua ideologia condicione seu apoio, ou não, a determinadas políticas públicas. A sofisticação política do eleitor brasileiro não é suficientemente capaz de restringi-lo, de mobilizá-lo, a escolher políticas públicas de acordo com sua posição ideológica.

É imprescindível ressaltar, porém, que mesmo que o eleitor brasileiro responda nos *surveys* possuir *interesse por política*, que *se informa sobre política*, é bem provável que essa não seja a realidade. Por conseguinte, como mostram os achados expostos aqui, na verdade, nesse tipo de situação, é de se esperar que a sofisticação política não gere efeitos previstos sobre a probabilidade de o posicionamento ideológico do eleitor condicionar sua predileção por esta ou aquela política.

Conforme discutido neste estudo, quase sempre o entrevistado num *survey* não deve estar pensando nos assuntos do questionário até aquele momento. Então, as respostas do entrevistado podem ser propositadamente convenientes para ele parecer ter melhor nível, ou seja, na verdade é uma atitude fugaz. No fundo, além do mais, a maneira como o eleitor brasileiro lida com ideologias, com temas políticos complexos, pode mesmo ser reflexo do próprio cenário político/institucional do país.

Como percebido ao longo da argumentação teórica desenvolvida nesta pesquisa, os achados aqui tendem a reforçar a tese de que fatores conjunturais contribuem grandemente na maneira como o povo lida e compreende a política. Este não foi o foco deste estudo, mas pode mesmo ser a explicação para a incapacidade de o eleitor brasileiro não saber se posicionar ideologicamente.

O quadro partidário é extremamente fragmentado, focado em pessoas, com programas obscuros à maioria do eleitorado. Soma-se ao sistema eleitoral intrincado, com possibilidade de coligações partidárias indiscriminadas e coalizões de governo envolvendo multi-bandeiras. Tudo isso propende a ser replicado na massa; suas atitudes políticas confusas devem ser o reflexo de suas instituições políticas. Afinal, quais são suas principais fontes de informação política em tamanho emaranhado?

Vale recordar que os partidos exercem papel fundamental como fonte de informações políticas; são formadores da opinião política das pessoas. Porém, a história brasileira remete à quase inexistente mobilização partidária, tanto entre as elites quanto entre o povo. As evidências históricas têm mostrado o personalismo em detrimento das ideias, propostas políticas. E esse costume parece ainda arraigado atualmente.

Ademais, pensando sociologicamente, as necessidades imediatas da população parecem ter forçado uma agenda política comum ao longo dos anos, com mais vigor nos últimos 10. Desse modo, olhando para o sucesso eleitoral, todos os partidos se movem numa plataforma semelhante. Não há extremidades ideológicas representativas no Brasil. A pauta de necessidades do eleitorado aparenta controlar as ações das instituições partidárias, lembrando, em certa medida, a teoria econômica. No entanto, internamente, as elites políticas, à primeira vista, parecem ainda se mover pelo antagonismo ideológico.

Em suma, voltando exatamente ao papel da *ideologia* para o eleitorado brasileiro, os achados deste estudo mostram que o eleitor brasileiro, em absoluto, **não sabe** se posicionar, apesar de, na maioria das vezes se dizer de esquerda ou de direita. Este posicionamento *não* propende a redundar em atitudes políticas harmônicas a ideologia que o eleitor diz ser adepto, é desconexo.

Por fim, outro fator incidental debatido aqui é o método de mensuração das ideologias políticas no Brasil. Por certo, este é um assunto que deve ser levado em conta em trabalhos metodológicos. O debate sobre a metodologia de se aferir a ideologia do eleitor não esteve entre os objetos centrais desta pesquisa, mas a compreensão geral e a própria discordância sobre o ponto do meio, sugerem que, talvez, apenas a escala numérica não seja suficiente.

Feldman e Johnston (2013), ao discutirem essa estratégia, constataram que ao se incluir na análise as questões sociais e econômicas, os resultados são mais promissores, mais reveladores. Como outros pontos, este parece ser um muito importante para futuras pesquisas.

O estudo do melhor método de se capturar as ideologias do eleitorado pode ajudar a diferenciar, por exemplo, a direita moral, ética e religiosa da econômica, e a esquerda na economia daquela moral, ética, assim por diante. Atualmente, parecem caóticos os conceitos teóricos atribuídos aos posicionamentos esquerdistas e direitistas. Bobbio (1995) afirma que, contemporaneamente, a esquerda está mais vinculada à ideia de igualdade, enquanto a direita propende a ser mais desigual. Sob tais concepções, essa diáde política segue perene.

Referências

- ALTHAUS, Scott. (1998) "Information Effects in Collective Preferences". *The American Political Science Review*, vol. 92, n° 3. (setembro 1998), pp. 545-558.
- ANSOLABEHER, Stephen. & RODDEN, Jonathan. & SNYDER, James M. (2008) "The Strength of Issues: Using Multiple Measures to Gauge Preference Stability, Ideological Constraint, and Issue Voting". *American Political Science Review*, vol. 102, n° 2: pp. 215-232.
- AMES, Berry. & SMITH, Emy Erica. (2010) "Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 3: pp. 3-38.
- ARISTÓTELES. "A Política". São Paulo: Escala, col. Mestres Pensadores, 2008.
- ARROYO, Miguel. (2010) "Políticas Educacionais e desigualdades: à procura de novos significados". *Educ. Soc., Campinas*, v. 31, n° 113: p. 1381-1416.
- BARTELS, Larry. (1996) "Uninformed Voters: Information Effects in Presidential Elections". *American Journal of Political Science*, vol. 40, n° 1. (fevereiro 1996), pp. 194-230.
- BOBBIO, Norberto. (1995) "Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política". São Paulo, Editora Unesp.
- BRAMBOR, T. & WILLIAN, C. & GOLDER, M. (2006) "Understanding interaction models: improving empirical analyses". *Political Analysis*, vol. 14: pp. 63-82.
- CAMPBELL, D. T. (1963) "Social attitudes and other acquired behavioral dispositions". In S. Koch (Ed.), *Psychology: A study of a science* (Vol. 6, pp. 94-172). New York: McGraw-Hill. In: Rohan, Meg. (2000). *A Rose by Any Name? The Values Construct*. *Personality and Social Psychology Review* 2000, Vol. 4, n° 3, pp. 255-277.
- CARREIRÃO, Yan S. (2002) "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n° 1, 2002, pp. 54-79.
- _____. (2007) "Identificação ideológica, partidos e votos na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, n° 2, 2007, pp. 307-339.
- CARVALHO, José Murilo de. (2007) "Fundamentos da política e da sociedade brasileiras". In: Avelar, Lúcia e Cintra, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, pp. 19-31.
- CONVERSE, Philip E. (1964) "The nature of belief systems in mass public". In: APTER, David (ed.) *Ideology and discontent*. New York, Free Press.

- CONVERSE, Philip E. & PIERCE, R. (1986) “Political Representation in France”. Harvard University Press, Cambridge.
- CORRAL, Margarita. & ZECHEMEISTER, Elizabeth J. (2013) “Individual and Contextual Constraints on Ideological Labels in Latin America”. *Comparative Political Studies*, vol. 46, pp. 675-701.
- CRESPIGNY, Anthony de. & CRONIN, Jeremy. (1999) “Ideologias Políticas”. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2ª ed.
- DOWNS, Anthony. (1957). “An economic theory of political action in a democracy”. *The Journal of Political Economy*, vol. 65 (abril 1957), pp. 135-150.
- DUVERGER, Maurice. (1980) “Os partidos políticos”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora UnB.
- FELDMAN, Stanley. & JOHNSTON, Christopher. (2013) “Understanding the Determinants of Political Ideology: Implications of Structural Complexity”. *Political Psychology*, vol. 20: pp. 1-22.
- FLEISCHER, David. (2007). “Os partidos políticos”. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, pp. 303-348.
- GIDDENS, Anthony. (1994) “Beyond Left and Right”. Cambridge, Polity Press.
- HATEMI, Peter. et al. (2011). “A Genome-Wide Analysis of Liberal and Conservative Political Attitudes”. *The Journal of Politics*, vol. 73, nº1, (janeiro 2011), pp. 271–285.
- HILL, Jennifer L. & KRIESI, H. Kriesi. (2001) “An Extension and Test of Converse’s “Black-and-White” Model of Response Stability”. *American Political Science Review*, vol. 95, nº 2 (junho 2001): pp. 397- 413.
- HOBBSAWM, Eric J. (1995) “Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991”. São Paulo: Companhia das Letras.
- INGLEHART, R. & KLINGEMANN, H. (1976) “Party Identification, Ideological Preference and the Left-Right Dimension among Western Mass Publics”. in I. Budge, I. Crewe and D. Farlie (eds.), *Party Identification and Beyond*. London: Wiley.
- JOST, John T. (2006) “The end of the end of ideology”. *American Psychologist*, vol. 61, nº 2: pp. 651-670.
- JOST, John T. & NOSEK, Brian A. & GOSLING, Samuel D. (2008) “Ideology: Its Resurgence in Social, Personality, and Political Psychology”. *Perspectives on Psychological Science*, Vol. 3(2), p.126(11).
- KAHNEMAN, D. (2003) “A perspective on judgment and choice: mapping bounded rationality”. *American Psychologist*, vol. 58, pp. 697-720.

- KINDER, Donald R. (1998). "Opinion and Action in the Realm of Politics". In: D. Gilbert et al., (eds.), *Handbook of Social Psychology*. 4ª ed., Oxford University Press.
- KINZO, Maria D'Alva. (2005). "Os partidos políticos: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *RBCS*, vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.
- KROH, Martin, 2007 "Measuring left–right political orientation: the choice of response format". *Public Opinion Quarterly*, vol. 71: pp. 204–220.
- LANE, Robert. (1962) "Political Ideology". New York, Free Press.
- LAU, Richard R. (2003) "Models of Decision-Making". In: D. Sears et al., (eds.), *Oxford Handbook of Political Psychology*, pp. 19-59.
- LAU, Richard R. & ANDERSEN, David J. & REDLAWSK, David P. (2008) "An Exploration of Correct Voting in Recent U.S. Presidential Elections". *AJPS* 52: 395-411.
- LAVAREDA, Antônio. (1991) "A Democracia nas Urnas". Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editora. In: Singer, André Vitor. (2002). *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- LUCAS, Kevin. & SAMUELS, David. (2011) "A "coerência" ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009". In: Power, Timothy J. & Zucco JR, Cesar. *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. (2011). Belo Horizonte, Editora UFMG.
- LUPIA, Arthur. (1994). "Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections". *American Political Science Review*, vol. 88, nº 1: pp. 63-76.
- LUPIA, Arthur. & MCCUBBINS, Mathew D. (1998). "The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?" - Cambridge University Press.
- LUSKIN, Robert C. (1990) "Explaining Political Sophistication". *Political Behavior*, vol. 12, nº4, pp. 331-361.
- _____. (1987b) "Measuring political sophistication". *American Journal of Political Science*, vol. 31: pp. 856-899.
- MATSUBAYASHI, Tetsuya. & TURGEON, Mathieu. (2012). "Citizen Competence and the Institutional Environment". Trabalho em andamento.
- MILLER, Joane. & PETERSON, David A. M. (2004). "Theoretical and Empirical Implications of Attitude Strength". *The Journal of Politics*, vol. 66, nº 3, (Agosto 2004), pp. 847–867
- NARAYAN, S. & KROSNICK, J.A. 1996. "Education moderates some response effects in attitude measurement". *Public Opinion Quarterly*, vol. 60: pp. 58–88.

NOSEK, Brian A. & GRAHAM, Gesse. & HAWKINS, Carlee B. (2010) “Implicit Political Cognition”. In: B. Gawronski & B. K. Payne (Eds.), *Handbook of Implicit Social Cognition* (pp 548-564). New York, NY: Guilford.

OPPO, Anna. (2004) “Partidos políticos”. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5ª ed. - Brasília, Editora UnB, pp. 898-905.

PAIVA, Denise. & TAROUÇO, Gabriela da Silva. (2011). “Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, novembro/2011, p.426-451.

RENNÓ, Lúcio. & CABELLO, Andrea. (2010). “As bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *RBCS*, vol. 25, nº 74, outubro/2010, pp. 39-60.

ROHAN, Meg. (2000). “A Rose by Any Name? The Values Construct”. *Personality and Social Psychology Review* 2000, Vol. 4, nº 3, pp. 255-277.

SAMUELS, David. (2008) “A evolução do petismo (2002-2008)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, novembro/2008, pp. 302-318.

_____. (2004). “From socialism to social democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers’ Party in Brazil”. *Comparative Political Studies*, vol. 37, nº 9: pp. 999-1024.

_____. (1997) “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, nº 3, 1997.

SARTORI, Giovanni. (1994) “A teoria da democracia revisitada: As questões clássicas”. vol. 2, São Paulo, Editora Ática.

SCHOLZ, Evi. ZUELL, Cornelia. (2013) “Item non-response in open-ended questions: Who does not answer on the meaning of left and right?” *Social Science Research*, vol. 41: pp. 1415–1428.

SCHUMPETER, Joseph A. (1961) “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

SEGRILLO, Angelo. (2004) “A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 3: pp. 615-632.

SINGER, André Vitor. (2012) “Os sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador”. 1ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (2002) “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994”. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SIMON, Herbert A. (1985). "Human nature in politics: The dialogue of psychology with political science". *American Political Science Review*, vol. 79, n° 2: pp. 293-304.

SMITH, M. B. (1969). "Social psychology and human values: Selected essays". Chicago: Aldine. In: ROHAN, Meg. (2000). *A Rose by Any Name? The Values Construct*. *Personality and Social Psychology Review* 2000, Vol. 4, n° 3, pp. 255-277.

SNIDERMAN, Paul M. & BRODY, Richard A. & TETLOCK, Philip E. (1991). "Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology". Cambridge University Press.

STOPPINO, Mário. (2004) "Ideologia". In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5ª ed. - Brasília, Editora UnB, pp. 585-597.

TURGEON, Mathieu. (2009) "'Just Thinking': Attitude Development, Public Opinion, and Political Representation". *Political Behavior*, vol. 31: pp. 353-378.

VERBA, S. & BRADY, H. E. & SCHOLOZMAN, K. L. (1995) "Voice and equality: civic voluntarism in American Politics". Cambridge, MA: Harvard University Press.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. (2007). "Introdução à econometria: uma abordagem moderna". São Paulo, Thomson Learning.

ZALLER, John. & FELDMAN, Stanley. (1992) "A Simple Theory of the Survey Response: Answering Questions Versus Revealing Preferences". *American Journal of Political Science*, vol. 36, n° 3. (agosto 1992), pp. 579-616.

ZUCCO JR, Cesar. "Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros." (2011) In: POWER, Timothy J. ZUCCO JR, Cesar. *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. (2011). Belo Horizonte, Editora UFMG.

Apêndice

As primeiras tabelas do apêndice exibem os números referentes a cada variável dependente utilizada nesta pesquisa. As *Tabelas 1 e 2* exibem os dados para a variável *posicionamento ideológico*. Nelas são apresentados as percentagens de eleitores que souberam se posicionar ideologicamente em cada uma das três operacionalizações executadas na análise. A primeira tabela diz respeito ao ESEB e a segunda à Cultura Política.

Tabela 1 – ESEB		2002	2010
SABE se posicionar	De zero a 10	75% (43%)	55% (50%)
	Menos o 5	61% (49%)	44% (50%)
	Menos 4, 5 e 6	53% (50%)	39% (49%)
	N	2514	2000

Desvio Padrão entre parênteses

Tabela 2 – CP		1989	1993
SABE se posicionar	De 1 a 7 (1989)	76%	93%
	De 1 a 10 (1993)	(43%)	(26%)
	Menos 4 (1989)	44%	71%
	Menos 5 e 6 (1993)	(50%)	(46%)
	Menos 3, 4 e 5 (1989)	35%	52%
	Menos 4, 5, 6 e 7 (1993)	(48%)	(50%)
N	2083	2526	

Desvio Padrão entre parênteses

Os números da *Tabela 3* mostram a média dos respondentes que se posicionaram na escala esquerda/direita e foram favoráveis ou não à ação do Estado nas obras de infraestrutura, se concordam ou não com a desapropriação de terras, com a intervenção do Estado na economia e se aprovam ou não a privatização das empresas estatais. De acordo com os resultados, a média do eleitorado está mais tendente às ações do Estado em todos esses assuntos.

Tabela 3 – Preferências Políticas - ESEB¹

	Variável	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo	N
2002	Investimento (Infraestrutura)	6,85	2,48	0	3	2350
	Desapropriação de terras	0,48	0,5	0	1	2514

De todos os entrevistados em 2002, como detalha a *Tabela 4*, a maioria dos respondentes está na média daqueles que disseram ter interesse por política. E a maioria esmagadora não está na média daqueles com maior capacidade cognitiva, ou seja, no nível superior de educação. A metade está na média entre os que disseram se informar sobre política. Em relação ao posicionamento ideológico, considerando todos os pontos da escala (0 a 10), a grande maioria está na média dos que se posicionaram na escala esquerda/direita.

Tabela 4 – Variáveis Independentes - ESEB 2002

	Variável	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo	N
2002	Interesse por política	0,57	0,49	0	1	2514
	Capacidade cognitiva	0,11	0,31	0	1	2514
	Oportunidade (Informar-se)	1,24	0,75	0	2	2514
	Ideologia (0 a 10)	5,29	3,5	0	10	2514

Subsequentemente, tabela para as variáveis independentes referentes às pesquisas Cultura Política de 1989 e 1993.

Os números da *Tabela 5* mostram que, na edição de 1989 da Cultura Política, bem mais que a metade dos entrevistados está na média dos que disseram ter interesse por política. A grande maioria está fora da média dos que possuem mais capacidade cognitiva. Dos respondentes, a maior parte está na média dos que se informam sobre política. Para autoposicionamento ideológico (1 a 7), bem mais que a metade está na média dos que se posicionaram.

Em relação à Cultura Política de 1993, a *Tabela 5* apresenta que a maioria considerável dos eleitores está na média dos que têm interesse por política. A maior parte não está na média daqueles com maior capacidade cognitiva. E parte significativa dos respostas está na média dos os que se informam sobre política.

Tabela 5 – Variáveis Independentes - Cultura Política

	Variável	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo	N
1989	Interesse por política	0,57	0,49	0	1	2083
	Capacidade cognitiva	0,12	0,33	0	1	2083
	Oportunidade (Informar-se)	1,29	0,77	0	2	2083
	Ideologia (1 a 7)	0,76	0,43	0	1	2083
1993	Interesse por política	0,69	0,43	0	1	2526
	Capacidade cognitiva	0,13	0,33	0	1	2526
	Oportunidade (Informar-se)	1,54	0,7	0	2	2526
	Ideologia (1 a 10)	0,93	0,25	0	1	2526

A seguir, tabela com os resultados das variáveis de controle. Para todas as regressões executadas neste trabalho serão analisadas como controle as variáveis: *idade*, *sexo* e *renda*.

Conforme os números da *Tabela 6*, a maior parte dos entrevistados, para as duas edições do ESEB, está acima dos 38 anos, a metade dos entrevistados é homem, e a maioria está na faixa de renda de mais de dois salários mínimos.

Tabela 6 – Variáveis de controle - ESEB

	Variável	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo	N
2002	Idade	38,95	16,48	16	94	2514
	Sexo	1,55	0,5	1	2	2514
	Renda	475,4	948,9	0	12000	2514
2010	Idade	41,07	15,66	17	93	1999
	Sexo	1,51	0,5	1	2	2000
	Renda	2,93	2,45	1	9	2000

Na sequência, a *Tabela 7* apresenta as variáveis que serão utilizadas como controle nas análises baseadas na pesquisa Cultura Política.

Segundo os números da *Tabela 7*, a maioria dos entrevistados nas edições de Cultura Política de 1989 e 1993 está acima dos 35 anos, a metade é homem e possui renda média de mais de dois salários mínimos.

Tabela 7 – Variáveis de Controle - Cultura Política

	Variável	Média	Desvio P.	Mínimo	Máximo	N
1989	Idade	35,45	14,28	16	87	2083
	Sexo	1,5	0,5	1	2	2083
	Renda	1,92	1,12	1	4	2083
1993	Idade	36	14,94	16	87	2526
	Sexo	1,49	0,5	1	2	2526
	Renda	2,74	1,49	1	7	2526

Por fim, o Gráfico 1 exibe os resultados das variáveis *proxy* para *preferência política*, a saber, *desapropriação de terras* e *investimento em infraestrutura*. Os resultados apontam que o eleitorado brasileiro é dividido entre o apoio ou não à desapropriação de terras pelo Estado. No que diz respeito ao investimento em infraestrutura, a maioria absoluta é a favor de que o Estado cuide desta política.

Gráfico 1 - Preferências por Políticas Públicas - ESEB 2002

